

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Edital 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	GRACIENE DE OLIVEIRA SOUSA	03/06/2026 10:59 (v 0.3)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	207/2026	25000.188859/2025-29

.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026

(Processo Administrativo nº 25000.188859/2025-29)

CONTRATANTE (UASG): (250110)**OBJETO:** Contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, para o período de 36 (trinta e seis) meses, com direito de atualização e suporte, por meio do Registro de Preços.**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 3.966.200,70 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil e duzentos reais e setenta centavos).**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 22/06/2026 às 09:30h (horário de Brasília)**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço**MODO DE DISPUTA:** Aberto**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO

Torna-se público que o **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, por meio da **COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, sediado em Brasília/DF, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, para o período de 36 (trinta e seis) meses, com direito de atualização e suporte, por meio do Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por 1 item, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,15 (quinze centavos de real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação,

sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.[A1]

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, , nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. desenvolvimento do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail: cgie@saude.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta

com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (*dias*) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico dipli@saude.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: dipli@saude.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO NOVAES FERNANDES ESPINDULA

Coordenador Geral de Licitações e Contratos Administrativos



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:59:51.

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Estudo Técnico Preliminar 145/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25000.188859/2025-29

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda relacionada a subscrição de software de design gráfico especializado para atividades de projeto, modelagem, documentação e coordenação nas áreas de arquitetura, engenharia civil, instalações prediais e construção, com direito de atualizações e suporte para o Ministério da Saúde.

2.2. Após a identificação e análise dos cenários, este Estudo também demonstrará a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo para a contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

2.3. Justificativa da Contratação

2.3.1. O Ministério da Saúde - MS é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. Sua missão é “Promover a saúde e o bem estar de todos, por meio da formulação e implementação de políticas públicas de saúde, pautando-se pela universalidade, integralidade e equidade”.

2.3.2. O Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde - Datasus é unidade fundamental e estratégica para que o MS cumpra suas funções, sua missão, as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde e o disposto nos instrumentos de planejamento das políticas da Administração Pública Federal para a área da saúde expressas na Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2024-2027 e no Plano Plurianual - PPA 2024-2027. Aliás, é missão do Datasus prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática necessários ao processo de planejamento, operação e controle do SUS, por meio da manutenção de bases de dados nacionais, apoio e consultoria na implantação de sistemas e coordenação das atividades de informática inerentes ao funcionamento integrado dos mesmos.

2.3.3. As áreas do MS dependem diretamente da efetividade dos recursos tecnológicos, que são cada vez mais essenciais ao desenvolvimento de suas atividades meio e fim. Por isso, ao longo dos anos o MS tem investido em recursos de tecnologia da informação e comunicação, de forma a assegurar a eficiência no desempenho de suas atividades institucionais, possibilitando o oportuno tratamento de um grande e variado conjunto de informações.

2.3.4. Nesse aspecto, o presente estudo tem por finalidade atender às necessidades das unidades responsáveis pelo desenvolvimento, atualização e gestão de projetos arquitetônicos, de engenharia e de infraestrutura no âmbito deste órgão. Para execução dessas atividades, faz-se imprescindível a utilização de ferramentas tecnológicas que suportem metodologias modernas de elaboração e manutenção de projetos, especialmente no padrão BIM (Building Information Modeling), que é uma metodologia de trabalho baseada na criação, gestão e compartilhamento de modelos digitais contendo informações técnicas, geométricas e documentais ao longo do ciclo de vida de um empreendimento, estrutura amplamente consolidada no setor público e privado e fundamental para a modernização dos processos técnicos.

2.3.5. A adoção de uma plataforma de software especializada é essencial para garantir a precisão, integridade e rastreabilidade das informações ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos públicos. Tais ferramentas permitem a criação de modelos tridimensionais paramétricos, a integração entre disciplinas (arquitetura, estruturas, instalações prediais e infraestrutura), a documentação técnica completa, bem como a compatibilização e detecção de interferências. Sem uma solução desta natureza, há risco elevado de inconsistências documentais, retrabalhos, falhas de comunicação técnica e atrasos na execução dos projetos.

2.3.6. Além disso, esse tipo de solução contempla recursos de gestão colaborativa, com funcionalidades voltadas ao controle de versões, revisão técnica, compartilhamento seguro de arquivos e coordenação entre equipes internas e externas. Esses mecanismos são fundamentais para assegurar transparência, eficiência e rastreabilidade, especialmente em projetos que envolvem múltiplas áreas, prestadores de serviço e unidades descentralizadas.

2.3.7. A necessidade de contratação também se justifica pela obrigatoriedade crescente de utilização de metodologias BIM em órgãos públicos federais, conforme normativos vigentes como os Decretos nº 10.306/2020 e nº 11.888/2024, os quais estabelecem diretrizes para o uso

progressivo da modelagem da informação da construção nas obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da administração pública federal. Dessa forma, a contratação das licenças representa medida necessária para a conformidade legal, modernização tecnológica e fortalecimento da gestão da infraestrutura pública no âmbito deste Ministério.

2.3.8. Atualmente, como objeto dos Contratos Administrativos de prestação de serviços n.º 106/2022 e 51/2023, o DATASUS, unidade responsável pela contratação de bens e serviços de TIC, realizou as contratações para atender a demanda da Coordenação-Geral de Infraestrutura Predial - CGINFRA e da Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, unidades do Ministério da Saúde que utilizam como ferramentas de design gráfico e modelagem o software AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection.

2.3.9. Tendo em vista a necessidade contínua de softwares para elaboração de projetos, faz-se necessário o planejamento para contratação de tais ferramentas/serviços e, assim, fornecer ferramentas necessárias para as diversas unidades do Ministério da Saúde que necessitam destas para a execução dos seus trabalhos.

2.3.10. Caso não seja realizada a contratação, as unidades do Ministério da Saúde ficarão impossibilitadas de manter atualizadas as plantas e documentações técnicas sob sua responsabilidade, dificultando a elaboração e revisão de projetos, a supervisão de obras e a gestão patrimonial. A ausência de ferramentas adequadas também compromete a observância de normas técnicas, a execução das atividades finalísticas das unidades demandantes e a conformidade com auditorias internas e externas.

2.3.11. Diante do exposto, a contratação de uma solução de software para modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia revela-se tecnicamente necessária e plenamente justificada. Tal medida assegura eficiência operacional, continuidade dos serviços, conformidade com as diretrizes federais e mitigação de riscos institucionais, proporcionando maior qualidade técnica e segurança na tomada de decisões relacionadas às atividades de infraestrutura e construção.

2.4. Alinhamento ao PCA

2.4.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ALINHAMENTO AO PCA 2026					
DFD n°	Item	Grupo	Descrição	Unidade de Medida	CATSER
490 /2025	1	Serviços de licenciamento e contratos de transferência de tecnologia	Cessão temporária de direitos sobre programas de computador locação de software	UNIDADE	27502

2.5. Alinhamento aos Planos Estratégicos

2.5.1. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2022-2024 do Ministério da Saúde, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ID	Objetivos Estratégicos	Nome do Documento
DIRETIVA 9. INFRAESTRUTURA DE TIC	D.9.: Políticas, planos, normas, serviços e demais ativos de TIC que garantem a sustentação e disponibilidade do parque tecnológico e das demais soluções de TIC do ministério da SAÚDE que impactam diretamente no SUS.	PDTIC 2022-2024
OE12.	Sustentar sistemas e serviços de TIC garantindo disponibilidade dos recursos técnicos e informacionais.	
N.119	Contratação de licenças para software estatístico, Adobe e de colaboração online (Miro e MS Planner).	
N.153	Disponibilizar infraestrutura de microinformática para atendimento dos usuários corporativos.	

2.6. Alinhamento ao PDTIC 2022-2024

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC 2022-2024
A21.3	Contratar infraestrutura de microinformática	M.21	30% dos ativos de infraestrutura de microinformática mapeados contratados

2.6.1. Cabe destacar que o novo PDTIC 2026-2028 encontra-se em fase de elaboração e, em razão dessa circunstância, o PDTIC 2022–2024 foi formalmente prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme decisão do Comitê de Governança Digital (CGD), deliberada em reunião realizada em 14/07/2025 e registrada no Processo SEI nº 25000.126447/2022-52.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação - CGIE /DATASUS/SEIDIGI/MS	Ramón Moreno de Matos Vieira

4. Necessidades de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Viabilizar a modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia do Ministério da Saúde.
- 4.1.2. Possibilitar a elaboração, revisão, atualização e armazenamento de projetos técnicos de forma integrada e colaborativa.
- 4.1.3. Garantir a qualidade, rastreabilidade e integridade das informações técnicas contidas nos projetos.
- 4.1.4. Permitir trabalho colaborativo entre equipes internas e externas, com controle de permissões e histórico de revisões.
- 4.1.5. Proporcionar a criação e edição de desenhos técnicos, projetos, modelos arquitetônicos em formatos 2D e 3D.
- 4.1.6. Reduzir riscos associados a falhas de compatibilização, inconsistências de documentação e erros de projeto.
- 4.1.7. Dar continuidade à prestação dos serviços após encerramento do prazo do atual contrato.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A partir da análise das necessidades de negócio, identificaram-se as necessidades tecnológicas a serem atendidas pela subscrição de software que inclui programas populares de criação, editoração e design de documentos, além de hospedagem de arquivos e ferramentas para colaboração entre equipes, conforme requisitos elencados nos itens a seguir:

- 5.1.1. Permitir a criação de modelos tridimensionais paramétricos para arquitetura, estrutura e instalações.
- 5.1.2. Viabilizar a produção automática de desenhos técnicos, incluindo plantas, cortes, elevações, detalhes e quantitativos.
- 5.1.3. Possibilitar vinculação entre modelo 3D e documentação 2D, garantindo atualização sincronizada.
- 5.1.4. Suportar formatos abertos reconhecidos pelo ecossistema BIM.
- 5.1.5. Permitir integração com ferramentas de nuvem ou sistemas de gestão documental e de projeto.
- 5.1.6. Possuir mecanismos de backup e recuperação de dados.
- 5.1.7. Possuir garantia e suporte técnico.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto em estreita observância aos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

6.2. Levar em consideração os requisitos regulatórios e de conformidade aplicáveis ao Ministério da Saúde.

6.3. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante.

6.4. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual.

6.5. As soluções devem estar aderentes à infraestrutura tecnológica do Ministério da Saúde, sendo compatíveis com o Sistema Operacional Windows 10 ou superior e Mac OS ou superior.

6.6. Sustentabilidade

6.6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a CONTRATADA deverá observar, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União. Com base nesse Guia, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

6.6.1.1. Implementação de códigos que otimizem o consumo de recursos computacionais;

6.6.1.2. Aumento da eficiência energética; e

6.6.1.3. Redução do consumo de papel, recursos de impressão e outros insumos não renováveis.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. Análise do cenário atual para estimativa da demanda

7.1.1. Atualmente, as licenças do software AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection são fornecidas ao Ministério da Saúde por meio do Contrato Administrativo nº 106/2022, com a vigência expirada em 23 de dezembro de 2025 e do Contrato Administrativo nº 51/2023, cuja vigência expirará em 10 de novembro de 2026.

7.1.2. Essas ferramentas de projeto e modelagem possibilitam a realização dos serviços das áreas de arquitetura, engenharia e infraestrutura, fundamentais para o MS, pois garantem desde a elaboração de estudos preliminares até a produção de modelos tridimensionais, documentação técnica, análise de interferências e acompanhamento de obras e intervenções prediais.

7.1.3. A priori, a necessidade da contratação surgiu devido a demanda da Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia - CGENG/SAA/SE/MS, a qual foi acionada para a execução de ações alinhadas à estratégia de combate à Pandemia, podendo ser citados especificamente os Projetos de Criação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública - COE, como também a criação do Secretaria-Extraordinária de Combate à COVID-19. Para além disso, outras alterações físicas e estruturais que visaram a promoção de um ambiente mais seguro e adaptado às normas e orientações de saúde pública, também foram projetados pela CGENG.

7.1.4. Com isso, houve a necessidade de aquisição de ferramentas mais robustas, tendo em vista que o ferramental disponível já não atendia as necessidades daquela Coordenação, gerando demasiada demora na produção dos Projetos e consequentemente apresentação de soluções céleres e com maior nível de qualidade. O que culminou na formalização do contrato nº 106/2022.

7.1.5. Após isso, a Secretaria de Saúde Indígena - SESAI/MS, por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura e Saneamento para Saúde Indígena - CGISA, solicitou apoio deste Departamento para adquirir licenças do mesmo software adquirido para a CGENG, uma vez que aquela SESAI necessitava produzir projetos arquitetônico, estrutural, instalações hidrossanitárias, elétricas e no combate ao incêndio e pânico, inclusive projetos previstos para atendimento da Emergência Yanomami àquela época.

7.1.6. Deste modo, as unidades que estavam contempladas com as licenças fornecidas pelos atuais contratos, totalizavam 74 (setenta e quatro) licenças para criação e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e de engenharia, para atender às demandas do Ministério da Saúde.

7.2. Das quantidades

7.2.1. Por se tratar de uma unidade responsável pela realização das contratações de TIC no âmbito do Ministério da Saúde, o Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde recebe diversos pedidos de outras unidades solicitando apoio quanto a realização de aquisições/contratações de soluções de tecnologia.

7.2.2. Assim, para a composição do quantitativo de licenças para o contrato em vigor, foi considerado, à época, as necessidades dos setores que haviam manifestado interesse a esta unidade para a pretensa aquisição.

7.2.3. Deste modo, os Contratos Administrativos nº 106/2022 e 51/2023 para o fornecimento de licenças de software design gráfico são compostos por 74 (setenta e quatro) licenças, sendo elas dispostas da seguinte maneira:

a) Contratos Administrativos nº 106/2022 - Licença AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection: 8 (oito) licenças; e

b) Contratos Administrativos nº 51/2023 - Licença AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection: 66 (sessenta e seis) licenças.

7.2.4. Todavia, quanto as licenças que compõem a solução, parte estão vencidas e outra parte encontra-se com o prazo próximo ao vencimento, sem possibilidade de prorrogação. Assim, caso não haja uma nova contratação, os serviços serão interrompidos.

7.2.5. Por conseguinte, com o intuito de atender as necessidades atuais do Ministério da Saúde de uso do referido software de desenvolvimento e gestão de projetos arquitetônicos, de engenharia e de infraestrutura, foram recebidas por este Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde as seguintes solicitações para aquisição de software, nos termos do detalhamento das seguintes quantidades e justificativas, a saber:

Unidade	Sigla	Documento	Quantidade de licenças	Justificativa
Divisão de Execução de Projetos de Infraestrutura Predial	DIPRO /CGINFRA /SAA/SE/MS	Documento de Formalização de Demanda 371/2025 (0050497969)	16	<p>A presente contratação visa a cessão temporária de direitos sobre programas de computador, especificamente a locação do software Autodesk AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection. Essa ferramenta é essencial para garantir a atualização e gestão das plantas das edificações do Ministério da Saúde, permitindo o desenvolvimento e manutenção dos projetos arquitetônicos e de engenharia no formato BIM (Building Information Modeling).</p> <p>A modelagem BIM vem sendo amplamente adotada por órgãos públicos e privados devido às suas vantagens na gestão de edificações e infraestrutura, proporcionando maior controle e eficiência nos processos de planejamento, execução e manutenção dos imóveis. No contexto do Ministério da Saúde, a utilização do Autodesk AEC possibilita:</p> <p>Atualização contínua das plantas das edificações, garantindo precisão e confiabilidade nas informações cadastrais e estruturais;</p> <p>Integração entre disciplinas de arquitetura, engenharia e instalações prediais, permitindo compatibilização e identificação de interferências antes da execução de projetos;</p> <p>Melhoria na gestão patrimonial e manutenção preventiva, com a digitalização e organização das informações das edificações em um ambiente centralizado e acessível;</p> <p>Atendimento a normativas e diretrizes de gestão pública, alinhando-se a práticas modernas de eficiência e transparência na administração de bens imóveis.</p> <p>A escolha do Autodesk AEC Collection se dá por ser um conjunto de softwares de referência no mercado, amplamente utilizado para modelagem BIM, incluindo ferramentas como Revit, AutoCAD, Civil 3D e Navisworks, que garantem:</p> <p>Maior precisão e produtividade na criação e atualização de projetos;</p> <p>Padronização de desenhos e modelos conforme boas práticas do setor;</p> <p>Facilidade de compartilhamento de informações entre diferentes setores e fornecedores;</p> <p>Redução de retrabalho e otimização dos custos operacionais.</p> <p>A contratação no modelo de locação de software (cessão temporária de direitos) se justifica por:</p> <p>Atualizações constantes e suporte técnico especializado, garantindo sempre a utilização das versões mais.</p>
Coordenação de Qualificação de Apoio à Gestão de	COGIN/CGAC /FNS/SE/M	Documento de Formalização de	9	<p>Trata-se de contratação referente a cessão temporária de direito sobre programas de computador locação de software - AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection. Licença Subscrição por 36 meses.</p> <p>Esta aquisição é para atender necessidade da Coordenação de Análise de Investimentos em Infraestrutura (COAINF) e da Coordenação de Qualificação de Apoio à Gestão de Investimentos do Fundo Nacional de Saúde cujos analistas da área de arquitetura e engenharia atuam na análise de projetos arquitetônicos referenciados pelas áreas finalísticas do Ministério da Saúde que atualmente foram elaborados com tecnologia compatível com a metodologia BIM (Building Information Modelling), em atendimento ao Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, que estabelece a utilização do BIM na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia no âmbito</p>

Investimentos		Demanda (0051613626)		<p>da Administração Pública Federal, conforme os objetivos da Estratégia BIM BR instituída pelo Decreto nº 11.888/2024, da qual o software objeto do contrato é parte integrante e imprescindível. A área do FNS também é responsável por elaborar layouts de ambientes dos estabelecimentos de saúde que são publicizados no Sistema SOMASUS, criado para auxiliar os gestores de saúde na elaboração de planos de investimentos em obras e equipamentos para os estabelecimentos de saúde. Ademais, para desenvolver essas atividades foi necessário ampliar o número de profissionais da área de engenharia e arquitetura com atuação simultânea nas ferramentas de modelagem e projetos. Atualmente estas Coordenações só dispõem de 1 licença, o que justifica a contratação de mais 9 licenças para suprir a demanda de trabalho.</p>
Secretaria de Saúde Indígena	SESAI/MS	Documento de Formalização da Demanda 487/2025	66	<p>A presente solicitação tem por finalidade garantir a continuidade das atividades técnicas da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), por meio da aquisição de 66 licenças do pacote Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection (Autodesk AEC), essencial ao desenvolvimento, análise e coordenação de projetos de infraestrutura e saneamento em terras indígenas.</p> <p>As ferramentas integrantes da suíte Autodesk AEC — como Revit, AutoCAD, Civil 3D e Autodesk Docs — são amplamente utilizadas pela Coordenação de Análise e Elaboração de Projetos de Infraestrutura e Saneamento (COAEP/DEAMB/SESAI) e pelos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), sendo indispensáveis para a elaboração de projetos executivos de Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), Casas de Saúde Indígena (CASA), polos-base e sistemas de abastecimento de água. Esses softwares garantem a interoperabilidade entre disciplinas técnicas (arquitetura, estrutura, elétrica, hidrossanitária, entre outras), além de possibilitar a coordenação e integração de modelos BIM em um ambiente colaborativo.</p> <p>A ausência dessas licenças inviabiliza o desenvolvimento e a atualização de projetos técnicos fundamentais às ações finalísticas da SESAI, podendo comprometer cronogramas de execução de obras e o atendimento às comunidades indígenas. Ressalta-se que o Autodesk Docs é utilizado como Ambiente Comum de Dados (CDE) institucional, assegurando a centralização, rastreabilidade e integridade das informações de projeto, elementos essenciais para a governança digital e a gestão eficiente dos empreendimentos da Secretaria.</p> <p>Ademais, a utilização da metodologia Building Information Modeling (BIM) tornou-se obrigatória no âmbito das contratações públicas federais, conforme estabelecem o Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020, e o Decreto nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024, que instituem e regulamentam a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (Estratégia BIM BR). Esses normativos determinam que órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional incorporem o BIM nas fases de elaboração de projetos, execução e gestão de obras públicas, visando à modernização, eficiência e transparência nos processos construtivos.</p> <p>Dessa forma, a aquisição das licenças Autodesk AEC é medida estratégica e imprescindível para assegurar a conformidade legal da SESAI com as diretrizes federais de transformação digital na construção pública, garantir a</p>

				continuidade dos fluxos de trabalho técnicos e manter a interoperabilidade entre as equipes e disciplinas envolvidas nos projetos de infraestrutura voltados à saúde indígena.
Serviço de Logística Administrativa	SELOA/SEMS/SC	Documento de Formalização de Demanda 29/2025 (0051617166)	1	<p>1. Identificação da Demanda</p> <p>Solicita-se a aquisição de licença de software AutoCAD 2025, da empresa Autodesk Inc., para utilização no desenvolvimento e atualização de projetos de engenharia, arquitetura, instalações prediais e infraestrutura hospitalar, abrangendo elaboração e revisão de plantas técnicas, memoriais descritivos e detalhamentos executivos exigidos em processos de obras e serviços de engenharia vinculados ao Ministério da Saúde.</p> <p>2. Fundamentação Técnica e Administrativa</p> <p>A SEMS/SC é responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução de obras e serviços de engenharia em unidades vinculadas, demandando ferramentas computacionais de precisão gráfica e interoperabilidade técnica. O software AutoCAD é padrão mundial para desenvolvimento de projetos técnicos em formato DWG /DXF, indispensável para compatibilização de arquivos, fiscalização de projetos e análises estruturais. A inexistência de licença vigente compromete a continuidade das atividades e cronogramas institucionais.</p> <p>3. Especificação do Objeto</p> <p>Aquisição de 01 (uma) licença de software AutoCAD 2025 (versão completa), com assinatura anual, compatível com Windows 10/11, suporte técnico incluso, ferramentas 2D e 3D integradas, interoperabilidade com BIM, Revit e Navisworks, idioma português-Brasil e ativação via conta institucional Autodesk</p> <p>4. Fundamentação Legal</p> <p>A contratação fundamenta-se no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 30, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, que admitem a inexigibilidade de licitação para bens e serviços de TI quando houver inviabilidade de competição. A Autodesk é a única detentora dos direitos autorais e de ativação do software AutoCAD.</p>
Quantidade total de licenças			92	

7.3. Dimensionamento da Demanda

7.3.1. O dimensionamento da demanda para a contratação de licenças de software de design gráfico da plataforma Autodesk foi realizado com base no levantamento das necessidades atuais das áreas demandantes do Ministério da Saúde, considerando o número de usuários efetivos, os perfis de utilização, a criticidade das atividades desempenhadas e o histórico de uso das soluções de design gráfico no âmbito institucional.

7.3.2. Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), o quantitativo estimado tem caráter referencial, destinado a atender às necessidades previsíveis ao longo da vigência da ata, sem obrigatoriedade de contratação integral. O SRP confere maior flexibilidade administrativa, permitindo a contratação conforme a efetiva necessidade, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira.

7.3.3. Além da demanda inicialmente identificada, o dimensionamento contempla a previsão de reserva técnica, correspondente a até 20% do quantitativo estimado, o que corresponde a quantidade de 18 licenças, definida com base em critérios objetivos, tais como: variação histórica de demanda, possibilidade de ampliação temporária de equipes, ingresso ou remanejamento de servidores e colaboradores, execução de projetos e campanhas institucionais específicas, atendimento a demandas emergenciais e substituição de equipamentos ou usuários.

7.3.4. A inclusão da reserva técnica no dimensionamento da demanda tem por finalidade mitigar riscos operacionais, assegurar a continuidade das atividades institucionais e evitar a necessidade de instauração de novos procedimentos de contratação ou ajustes emergenciais durante a vigência da ata de registro de preços.

7.3.5. O quantitativo total estimado, incluindo a reserva técnica, foi definido de forma proporcional, razoável e compatível com o planejamento orçamentário do órgão, observando os limites legais aplicáveis, em especial os previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes de planejamento e governança de TIC da Administração Pública Federal.

7.3.6. A utilização das licenças registradas a título de reserva técnica estará condicionada à comprovação da necessidade, mediante solicitação formal da área demandante e autorização da área competente, assegurando controle, rastreabilidade, economicidade e aderência ao interesse público.

7.3.7. Posto isto, após a compilação das solicitações das unidades, os quantitativos necessários para compor a demanda deste Ministério são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	Unidade	110
Total			110

8. Levantamento de soluções

8.1. Em alinhamento ao inciso II do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, é necessário realizar levantamento das soluções identificadas como disponíveis que possam atender às necessidades da contratação. Dito isto, passa-se a tecer as seguintes informações no âmbito das possibilidades para solução da demanda:

a) Necessidades similares em outros órgãos ou entidades da Administração Pública e as soluções adotadas:

a.1. Por meio do recurso de pesquisa textual do sistema ComprasNet, foi realizada pesquisa utilizando o parâmetro /palavrachave "autodesk aec", "Archicad" e "LibreCAD", visando a identificação de novas aquisições e contratações relacionadas à manutenção do parque atual. Assim, foram identificadas as contratações relacionadas na tabela abaixo:

ID	ÓRGÃO	PREGÃO	OBJETO	SOLUÇÃO ADOTADA
1	CENTRO EST.ED. TECPAULA SOUZA-CEETEPS	90037/2025	Serviço de Subscrição de Solução de Software Autodesk AEC Collection (UIE)	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
2	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	90063/2025	Contratação de empresa especializada em Curso EAD dos softwares Autodesk AEC Collection e Autodesk Product Design & Manufacturing Collection, para capacitação do corpo técnico da Divisão de Engenharia possibilitando melhor produtividade, maior eficiência, maior padronização e alinhamento tecnológico, melhor aproveitamento de conhecimentos técnicos e metodologia disponível e maior confiabilidade aos trabalhos desenvolvidos na Fábrica Presidente Vargas, Filial Nº01.	Cursos referentes aos softwares autodesk.
3	CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	90026/2025	Aquisição de 4 (quatro) licenças temporárias (trinta e seis meses) do software Sketchup PRO; 5 (cinco) licenças temporárias (trinta e seis meses) do AutoCAD Revit LT Suite e 1 (uma) licença temporária (trinta e seis meses) do software Autodesk AEC Collection, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I do Edital.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
4	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	90012/2025	Contratação de serviços com suporte técnico (manutenção), por 12 (doze) meses, para renovação do pacote de Software AutoDesk Architecture Engineering and Construction Collection AEC COLLECTION, já em uso pelo Conselho Nacional do Ministério Público CNMP desde o ano de 2013, consistindo na renovação da subscrição de 04 (quatro) licenças, conforme condições comerciais relacionadas ao Contrato AUTODESK nº 110002804049.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
	PREFEITURA		Aquisição de licença/assinatura de softwares de suporte para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia pelo	

5	MUNICIPAL DE GUARULHOS - SP	90182/2025	Departamento de Infra da Saúde Secretaria da Saúde de Guarulhos - DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
6	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC	90031/2025	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças, de pacote de softwares autodesk architecture engineering & construction collection ic 2025, autocad lt new single-user eld 2025 da autodesk, sketchup pro 2025 da trimble e coreldraw da corel, para representação gráfica de projetos por meio de técnica de desenho assistido por computador (computer aided design - cad) e com o uso da tecnologia bim (building information modeling).	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
7	COMITE PARALIMPICO BRASILEIRO - SP	90098/2025	Fornecimento de licenças de uso de softwares, para atender as necessidades do Comitê Paralímpico Brasileiro.	Subscrição de licenças do Adobe Creative Cloud.
8	PREFEITURA DE CAMBE - PR	90063/2025	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento continuado de softwares do tipo CAD (Computer Aided Design - Desenho Assistido por Computador) e de metodologia BIM (Building Information Modeling), com licenças individual / new single-user em subscrição (assinatura), com suporte e atualização para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Planejamento, de Obras e de Agricultura e Meio Ambiente.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
9	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPA - PR	90050/2025	Aquisição de microcomputadores, monitores, notebooks, tablets e licenças para reequipar as estruturas e manter as atividades das secretarias do Município de Maripá/PR	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
10	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL	90043/2025	Contratação de empresa especializada em Curso EAD dos Softwares Autodesk, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no edital.	Cursos referentes aos softwares autodesk.
11	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	90002/2025	Aquisição de licença de software Autodesk AEC Collection e de software de gestão para Núcleo de Práticas Jurídicas.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
12	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PR	90024/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARES, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM GARANTIA DE INSTALAÇÃO E ATUALIZAÇÕES DE versões.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
13	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	90017/2025	Locação de licenças do software AutoCad e da suíte AEC Collection.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
14	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	90004/2025	Registro de preços para a eventual aquisição de 20 (vinte) licenças de uso do pacote AUTODESK AEC COLLECTION pelo período de 36 (trinta e seis) meses com direito de atualização e suporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.

15	ETO - AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO	90015/2025	Contratação de serviços - Licença Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC)	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
16	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA - ES	90052/2025	Aquisição de licenças de uso dos softwares Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection (AEC Collection), para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Projetos Estruturantes SEMOPE.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
17	ESP-UNIV. EST. PTA, JULIO MESQUITA FILHO	90012/2025	Contratação de serviços de disponibilização de licenças do pacote 'Autodesk AEC Collection' e 'Autodesk Autocad Toolsets'	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
18	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS - SP	90001/2025	Contratação do direito de uso de licença de software Autocad e Autodesk-AEC	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
19	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBE - PR	90020/2025	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento continuado de softwares do tipo CAD (Computer Aided Design - Desenho Assistido por Computador) e de metodologia BIM (Building Information Modeling), com licenças individual / new single-user em subscrição (assinatura), com suporte e atualização para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Planejamento, de Segurança Pública e Trânsito e de Obras e Serviços Públicos.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
20	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE - PR	90002/2025	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Licença do Sistema Suíte de Software (AEC COLLECTION DA AUTODESK) que permita a Elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia, na Metodologia de Modelagens de Informações de Construção (Building Information Modeling BIM), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do município de Goioerê-Pr	Suíte de softwares para arquitetura e construção.
21	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - SC	90040/2025	Aquisição de licenças de uso de software AUTODESK - AEC Collection (Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial New Single-user ELD 3-Year Subscription)	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
22	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO - MG	90104/2024	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assinatura de softwares com suporte técnico, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Política Urbana e Habitação e Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
23	ESP-ESCOLA	90018/2024	Serviço de aquisição de 5 licenças pelo período de 12 meses do pacote de software Autodesk Architecture, Engineering &	Subscrição de licenças

	POLITÉCNICA - USP		Construction Collection (AUTODESK AEC COLLECTION)	Autodesk AEC.
24	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	90057/2024	Aquisição de Licenças Diversas, com a finalidade de atender as áreas administrativas e judiciais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
25	COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL JUIZ FORA	90093/2024	Aquisição de licenças do pacote de softwares da Autodesk AEC Collection (Architecture, Engineering and Construction Collection).	Subscrição de licenças Autodesk AEC.
26	JUSTICA FEDERAL	90031/2024	Contratação de empresa para fornecimento de subscrição de softwares de engenharia e design gráfico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a fim de atender à necessidade da Justiça Federal da Primeira Região JF1, de acordo com condições, especificações e quantidades constantes do Termo e seus Anexos.	Subscrição de licenças Autodesk AEC.

a.2. O Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas do fabricante Autodesk, INC encontra-se disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/arquivos/autodesk/catalogo-unilateral-autodesk-3-0-0-publi.pdf>, publicado no dia 19/03/2026.

b) Alternativas de Mercado:

b.1. Como alternativas para as ferramentas de modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia para órgãos governamentais, atualmente, é possível manter a solução já em uso pelo Ministério da Saúde, do fabricante Autodesk, ou realizar sua substituição.

b.2. Para substituição da solução atual, tem-se como alternativa de mercado a aquisição de subscrições de outros fabricantes, como ArchiCAD, Vectorworks, Allplan, BricsCAD BIM e SketchUp Pro, bem como soluções gratuitas, como é o caso do FreeCAD, BlenderBIM, LibreCAD, BRL-CAD e OpenSCAD.

c) A existência de softwares disponíveis conforme descrito na Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016, e suas atualizações:

c.1. Em observação a alínea c, inciso II, Art. 11 da IN 94/2022, foi consultado o catálogo de software público brasileiro (https://softwarepublico.gov.br/social/search/software_infos), que possui uma diversidade de produtos úteis para as contratações, todavia, entre as soluções disponíveis no portal, não foram localizados softwares que contemplem uma solução como a que o Ministério da Saúde necessita.

d) As políticas, os modelos e os padrões de governo, a exemplo do ePing, eMag, ePwg, ICP-Brasil e eARQ Brasil, quando aplicáveis:

d.1. Não se aplica as premissas e especificações de interoperabilidade (ePing), acessibilidade (eMag) e web (ePwg) no contexto da contratação para nenhuma das soluções encontradas.

d.2. Segundo o sítio Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING:

A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

d.3. A solução demandada será utilizada pelos ambientes do Ministério da Saúde, sem interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral, de forma que as disposições do e-PING não se aplicam.

d.4. Segundo o sítio eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, “em 2007, a Portaria nº 3, de 7 de maio de 2017, institucionalizou o eMAG no âmbito do sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – SISP, tornando sua observância obrigatória nos sítios e portais do governo brasileiro.” Como a solução demandada não se trata de desenvolvimento de sítio nem portal de governo, as disposições do eMAG não se aplicam.

d.5. As alternativas identificadas não são compostas de certificação digital, portanto não se aplicam aos requisitos pertinentes às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d.6. Por fim, não abrangem a gestão de documentos arquivísticos digitais, portanto, não se aplicam aos critérios pertinentes da Resolução do CONARQ nº 25, de 27 de abril de 2007.

e) As necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual:

e.1. Para as alternativas levantadas de manter a solução atualmente em uso ou realizar sua substituição, considerando as opções disponíveis no mercado, não é necessária adequação do ambiente computacional do Ministério da Saúde para viabilizar a execução contratual, uma vez que a instituição já possui a infraestrutura de servidor e ambiente operacional necessários e os fabricantes já disponibilizam esse tipo de subscrição em nuvem.

f) Os diferentes modelos de prestação de serviço:

f.1. Considerando as alternativas levantadas, a forma de licenciamento dos softwares se dão por meio de licenças perpétuas, subscrição mensal, anual ou plurianual. Essas opções de licenciamento estão disponíveis tanto em versões gratuitas como pagas dos softwares.

g) Os diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes:

g.1. Considerando as alternativas levantadas, mantendo a solução atual, tem-se que a contratação associada às subscrições de licenças Autodesk possuem as seguintes características:

g.1.1. A aquisição das licenças Autodesk AEC Collection possui portfólio integrado com BIM (modelagem), CAD (2D/3D), infra e coordenação/gestão de modelos, permitindo encadear desenho, modelagem, compatibilização e documentação. Possuem o modelo de subscrição mensal, trimestral, anual ou plurianual por usuário (single-user). Sua gestão é através de um portal centralizado com controle de usuários e dispositivos e o suporte técnico para esse tipo de licenciamento conta com atualizações contínuas.

g.2. Para a substituição da solução atual, os modelos de prestação de serviços são os seguintes:

g.2.1. Softwares alternativos: ArchiCAD, Vectorworks Architect, Allplan, MicroStation, possuem os modelos de licenças perpétuas, em nuvem, por assinatura ou licença flutuante (compartilhada entre usuários). A gestão se dá por meio de painel de controle institucional. Nas licenças perpétuas ou por assinatura, o suporte e a manutenção geralmente são contratados à parte. Já para os modelos em nuvem, o suporte técnico e as atualizações são inclusas na subscrição.

g.2.2. Software Livre / Código Aberto: FreeCAD, BlenderBIM. São softwares gratuitos, não havendo necessidade de pagar subscrição ou manutenção obrigatória. Não existe gestão das licenças, o uso costuma ser livre, ficando como responsabilidade interna do contratante. O suporte se dá através de comunidade, fóruns ou prestadores especializados. As atualizações dependem da comunidade ou do projeto. Não há garantia formal de manutenção, atualizações regulares ou SLA nem rastreabilidade de uso do software.

h) A possibilidade de aquisição na forma de bens e/ou contratação como serviço:

h.1. Para atender as necessidades da contratação descritas nas alternativas apresentadas na alínea b) deste documento, será necessária a contratação de serviços.

i) Ampliação ou substituição da solução implantada:

i.1. Considerando as alternativas levantadas, existem as possibilidades de considerar a substituição da solução implantada por uma de outro fornecedor ou de código aberto. No item 9 - Análise Comparativa de Soluções, os cenários são explanados detalhadamente.

j) As diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento:

j.1. Levando-se em conta o disposto nos itens acima e as necessidades que precisam ser atendidas com a contratação, para os casos de aquisição de licenças considera-se como métrica a "UNIDADE" que normalmente está atrelada ao pagamento em parcela única, pelo período de vigência contratado.

8.2. Visando a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, para atender adequadamente às necessidades de negócio e tecnológicas deste MS, identificou-se como alternativas para solução da demanda o seguinte:

ID	Cenário
1	Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk.
2	Substituição da atual solução por outro fabricante.
3	Utilização de solução de código aberto (software livre).
4	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 40/2024 - MGI.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. A adoção de softwares de design gráfico, especialmente ferramentas de modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia por órgãos da Administração Pública tem se consolidado como uma prática essencial para o cumprimento de diversas funções institucionais. Essas ferramentas tecnológicas viabilizam padronizar, integrar e otimizar todo o ciclo de desenvolvimento de projetos de edificações e infraestrutura, reduzindo retrabalho, aumentando precisão e garantindo que os processos sigam padrões BIM.

9.2. Neste sentido, para composição desse estudo técnico, foi realizada a análise dos cenários possíveis para a realização da contratação ora pretendida, como forma de evidenciar as diferentes formas de prestação de serviços e escolha da solução mais vantajosa. As possíveis soluções levantadas encontram-se detalhadas nos tópicos seguintes deste estudo.

9.3. Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk.

9.3.1. O primeiro cenário contempla a contratação da solução Autodesk por meio de uma coleção de programas específicos voltados para atividades de projeto, modelagem, documentação e coordenação nas áreas de arquitetura, engenharia civil, instalações prediais e construção. Essa combinação proporciona acesso a um portfólio completo de aplicativos profissionais, amplamente utilizada no setor público e privado para desenvolvimento de projetos no padrão BIM (Building Information Modeling).

9.3.2. A integração entre os softwares Autodesk é um diferencial crítico para ambientes que demandam fluxos de trabalho complexos, colaborativos e padronizados. A coleção disponibiliza diversas ferramentas, entre as quais:

- Revit - Modelagem BIM multidisciplinar (arquitetura, estrutura e instalações);
- AutoCAD e AutoCAD Specialized Toolsets - Criação, edição e documentação técnica em 2D/3D;
- Civil 3D - Projetos de infraestrutura, topografia, vias e terrenos;
- Infraworks - Modelagem de contexto urbano e estudos preliminares;
- Navisworks Manage - Coordenação, compatibilização e detecção de interferências (clash detection);
- Recap Pro - Processamento de nuvem de pontos (laser scan);
- 3ds Max - Modelagem e visualização 3D.

9.3.3. Além disso, a subscrição possibilita o acesso a soluções de colaboração e gestão de modelos em nuvem, como Autodesk Docs e BIM Collaborate, que permitem maior controle de versionamento, revisão técnica, armazenamento seguro e compartilhamento estruturado das informações entre equipes internas, fornecedores e unidades descentralizadas. Tais funcionalidades são essenciais para a execução de projetos que envolvem múltiplos atores, além de contribuírem para a observância dos princípios da eficiência, economicidade e transparência, previstos na administração pública.

9.3.4. Vantagens do cenário:

9.3.4.1. Ambiente colaborativo completo, com versionamento, controle de revisões e permissões.

9.3.4.2. Maturidade técnica elevada.

9.3.4.3. Reduz significativamente falhas de compatibilização e inconsistências documentais.

9.3.4.4. Atualizações constantes, suporte técnico especializado e vasta base de capacitação.

9.3.4.5. Conhecimento e Experiência do usuário do MS sobre a utilização da solução.

9.3.5. Desvantagens do cenário:

9.3.5.1. Custo de subscrição maior em relação a algumas alternativas comerciais.

9.3.5.2. Licenciamento em modelo de subscrição (não-perpétuo), exigindo renovações periódicas.

9.3.5.3. Exige máquinas com capacidade gráfica e de processamento adequado.

9.4. Substituição da atual solução por outro fabricante.

9.4.1. Esse modelo considera o uso de softwares comerciais não pertencentes ao ecossistema Autodesk. São soluções comerciais voltadas para modelagem arquitetônica e/ou estrutural, com capacidade de exportação IFC e produção de documentação 2D/3D. Dentre os principais nomes destacam-se o ArchiCAD, Vectorworks, Allplan, BricsCAD BIM, todos com modelos de licenciamento compatíveis com uso corporativo e institucional.

9.4.2. Um dos principais atrativos desse cenário é a economicidade, já que muitos desses produtos permitem licenciamento perpétuo (compra definitiva), evitando a renovação anual comum em modelos de subscrição.

9.4.3. Todavia, essas ferramentas operam de forma mais fragmentada: algumas são fortes em arquitetura, outras em estruturas, e poucas oferecem suporte completo para disciplinas de instalações prediais. Isso implica maiores riscos de incompatibilidade e necessidade de ferramentas adicionais.

9.4.4. A seguir, são apresentados alguns softwares alternativos em comparação com a AEC Collection:

9.4.4.1 O ArchiCAD é um dos principais concorrentes diretos do Revit e um dos softwares BIM mais consolidados internacionalmente. Seu foco principal está na modelagem arquitetônica, oferecendo ferramentas robustas para criação de modelos 3D paramétricos, documentação automática, exploração de variantes e colaboração via plataforma BIMcloud.

9.4.4.2. O SketchUp Pro é amplamente utilizado por arquitetos devido à facilidade de uso. Combinado com plugins como Trimble Connect, PlusSpec, Quantifier Pro e extensões IFC, torna-se uma solução parcialmente BIM.

9.4.4.3. O Vectorworks é uma solução BIM consolidada internacionalmente, com foco em arquitetura e urbanismo. Opera com modelagem paramétrica, documentação inteligente e compatibilidade IFC.

9.4.5. A ausência de um ecossistema multidisciplinar integrado aumenta riscos de retrabalho, erros de compatibilização e inconsistências técnicas, que são fatores críticos em obras públicas.

9.4.6. Vantagens do cenário:

9.4.6.1. Podem apresentar custo inicial inferior.

9.4.6.2. Adequadas para projetos arquitetônicos de baixa complexidade.

9.4.6.3. Possibilidade de adquirir módulos específicos conforme a necessidade.

9.4.7. Desvantagens do cenário:

9.4.7.1. Integração limitada para disciplinas de instalações (MEP) e estruturas.

9.4.7.2. Dependência de add-ons pagos ou ferramentas terceiras para completar o fluxo BIM.

9.4.7.3. Perda de sincronização entre modelo e documentação em fluxos multidisciplinares.

9.4.7.4. Colaboração menos madura ou dependente de soluções fragmentadas.

9.4.7.5. Curva de aprendizado alta, exigindo requalificação completa da equipe.

9.5. Utilização de solução de código aberto (software livre).

9.5.1. O cenário baseado em softwares de código aberto representa uma alternativa sustentável e economicamente vantajosa para a Administração Pública. Todavia, são ferramentas mantidas por comunidades. Apesar de representarem alternativas interessantes para aprendizado e exploração, não possuem maturidade, estabilidade nem funcionalidades suficientes para uso em projetos profissionais complexos.

9.5.2. Esses softwares possuem comunidades de desenvolvimento, mas pecam no sentido de não disporem de modelagem paramétrica robusta, ferramentas integradas, ambiente colaborativo com controle de revisões, suporte técnico e confiabilidade para auditorias e processos formais do governo.

9.5.3. Dentre as opções gratuitas, tem-se o FreeCAD e o BlenderBIM, que permitem modelagem básica, exportação BIM e IFC e criação de elementos paramétricos. Existem ainda soluções open source específicas para CAD 2D e modelagem mecânica, como LibreCAD, BRL-CAD e OpenSCAD. Entretanto, nenhuma delas oferece um ambiente BIM completo aplicável a projetos de arquitetura e engenharia predial.

9.5.4. A ausência de recursos avançados e interfaces altamente refinadas pode impactar negativamente em produtividade caso não haja familiaridade prévia.

9.5.5. Vantagens do cenário:

9.5.5.1. Custo operacional praticamente nulo.

9.5.5.2. Conformidade com políticas de uso de software livre na administração pública.

9.5.5.3. Código-fonte aberto, com possibilidade de auditoria e customização.

9.5.6. Desvantagens do cenário:

9.5.6.1. Maturidade da solução ainda inferior ao padrão do mercado.

9.5.6.2. Recursos BIM limitados e menos estáveis.

9.5.6.3. Não atende, de forma robusta, demandas de engenharia complexa ou coordenação multidisciplinar.

9.5.6.4. Ausência de suporte técnico corporativo.

9.6. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 40/2024 - MGI.

9.6.1. Durante a consulta de Atas vigentes, foi localizada a Ata de Registro de Preços nº 40/2024 - Design Gráfico, com vigência prevista até o dia 07/08/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90.001/2024, realizado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

9.6.2. A referida ARP é composta de softwares de design gráfico e, dentre eles, o Grupo 3 traz os softwares referentes a projeto, modelagem, documentação e coordenação nas áreas de arquitetura, engenharia civil, instalações prediais e construção, incluindo o software Autodesk AEC Collection.

9.6.3. Considerando os potenciais ganhos de escala, a celeridade no atendimento da demanda, além da redução de custos e da economia de recursos, a adesão garante condições comerciais mais vantajosas, assegurando a aquisição de serviços com especificações técnicas padronizadas, previamente aprovadas em contratações similares.

9.6.4. A estimativa de custo para esta adesão foi calculada com base nos valores registrados na Ata de Registro de Preços nº 40/2024, formalizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, prorrogada por meio do Termo Aditivo nº 06/2025 e reajustada conforme Termo de Apostilamento nº 04/2025. Após análise, tem-se que a referida adesão permitirá uma economia de aproximadamente 17,65% em relação à média dos valores obtidos na pesquisa de preços, representando ganho real para a Administração.

9.6.5. Diante da intenção em aderir a ARP do MGI, o Ministério da Saúde, por meio do Ofício 17 - Solicitação de Adesão à ARP nº 40/2024, manifestou seu interesse e solicitou manifestação da contratada quanto a possibilidade de fornecimento do item nas mesmas condições pactuadas no instrumento convocatório do Pregão em tela e referia Ata de Registro de Preços.

9.6.6. Todavia, a empresa não concordou em fornecer os produtos ao Ministério da Saúde nos valores pactuados na referida ata, diante da impossibilidade de aprovação de descontos do fabricante para atendimento de não participantes, conforme transcrito a seguir:

Prezado Senhor,

Vimos, por meio da presente, declarar que não estamos de acordo, em fornecer os produtos solicitados ao MINISTÉRIO DA SAÚDE. Para atendimento de não participantes da referida Ata, necessitamos de aprovação de descontos do fabricante. Infelizmente, no momento, os descontos não estão disponíveis, motivo pelo qual, não poderemos concordar com o pedido de adesão.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores informações e esclarecimentos.

9.7. Quadro comparativo das soluções propostas:

Critério	Autodesk	Alternativas Comerciais	Alternativas Gratuitas / Open Source	Adesão à Ata de Registro de Preços
Compatibilidade com padrão de mercado	Alta	Média	Baixa	Alta
Suporte técnico oficial	Incluso no licenciamento	Incluso no licenciamento	Limitado à comunidade	Incluso no licenciamento
Integração com sistemas de governo	Alta	Média	Geralmente inexistente	Alta
Atualizações constantes	Automáticas	Automáticas/Manuais	Irregulares	Automáticas
Custo inicial	Mais alto (subscrição)	Mais acessível (alguns perpétuos)	Gratuito	Mais alto (subscrição)
Adequação ao uso profissional	Padrão de mercado	Depende da solução	Limitado	Padrão de mercado

9.8. Análise de requisitos dos cenários apresentados:

ANÁLISE DOS REQUISITOS DAS SOLUÇÕES				
REQUISITOS	CENÁRIOS			
	Cenário 1 Licenças de software Autodesk	Cenário 2 Licenças de softwares de outras plataformas	Cenário 3 Solução de código aberto (software livre)	Cenário 4 Adesão à ARP 40/2024

NEGÓCIO	1. Viabilizar a modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia do Ministério da Saúde.	Atende	Atende	Não atende (limitado)	Atende
	2. Possibilitar a elaboração, revisão, atualização e armazenamento de projetos técnicos de forma integrada e colaborativa.	Atende	Não atende (limitado)	Não atende	Atende
	3. Garantir a qualidade, rastreabilidade e integridade das informações técnicas contidas nos projetos.	Atende	Atende	Não atende	Atende
	4. Permitir trabalho colaborativo entre equipes internas e externas, com controle de permissões e histórico de revisões.	Atende	Não atende (limitado)	Não atende	Atende
	5. Proporcionar a criação e edição de desenhos técnicos, projetos, modelos arquitetônicos em formatos 2D e 3D.	Atende	Atende	Atende	Atende
	6. Reduzir riscos associados a falhas de compatibilização, inconsistências de documentação e erros de projeto.	Atende	Atende	Não atende	Atende
	7. Dar continuidade à prestação dos serviços após encerramento do prazo do atual contrato.	Atende	Não atende (limitado)	Não atende	Atende
TECNOLÓGICO	1. Permitir a criação de modelos tridimensionais paramétricos para arquitetura, estrutura e instalações	Atende	Atende parcialmente	Não atende	Atende
	2. Viabilizar a produção automática de desenhos técnicos, incluindo plantas, cortes, elevações, detalhes e quantitativos.	Atende	Atende	Não atende	Atende
	3.Possibilitar vinculação entre modelo 3D e documentação 2D, garantindo atualização sincronizada.	Atende	Atende	Não atende	Atende
	4. Suportar formatos abertos reconhecidos pelo ecossistema BIM.	Atende	Atende	Atende	Atende
	5. Permitir integração com ferramentas de nuvem ou sistemas de gestão documental e de projeto	Atende	Não atende (limitado)	Não atende	Atende
	6. Possuir mecanismos de backup e recuperação de dados.	Atende	Atende	Não atende	Atende
	7. Possuir garantia e suporte técnico.	Atende	Atende	Não atende	Atende
RESULTADO DA ANÁLISE		Viável	Não viável	Não viável	Viável

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Assim sendo, após avaliação, os cenários elencados abaixo são considerados **inviáveis** no momento, com base nos argumentos apresentados nas análises de cada solução proposta:

ID	Descrição da Solução ou Cenário
2	Substituição da atual solução por outro fabricante.
3	Utilização de solução de código aberto (software livre).
4	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 40/2024 - MGI.

10.2. A seguir, apresentam-se as justificativas que inviabilizam a contratação das soluções acima citadas.

10.2.1. Solução 2 - Substituição da atual solução por outro fabricante.

10.2.1.1. A substituição da solução atualmente implantada por ferramentas de outros fabricantes comerciais representa um movimento de elevado impacto operacional, estratégico e financeiro para o Ministério da Saúde. A solução da Autodesk compõe um ecossistema integrado e consolidado no mercado, especialmente no setor público, que abrange desde a modelagem arquitetônica e engenharia (Revit), passando pelo desenvolvimento e compatibilização de projetos (Navisworks), até ferramentas especializadas para infraestrutura, saneamento, terraplenagem e mapeamento (Civil 3D, InfraWorks). Esse ecossistema, além de amplamente difundido, encontra-se totalmente incorporado aos fluxos de trabalho das equipes técnicas do Ministério. A troca dessa solução exigiria uma reestruturação completa dos processos, padrões de modelagem, templates, bibliotecas, rotinas de compatibilização e estratégias de armazenamento de informação.

10.2.1.2. Embora existam alternativas de mercado, como Graphisoft ArchiCAD, Vectorworks Architect, Bentley OpenBuildings e Trimble SketchUp + extensões BIM, nenhuma delas oferece uma cobertura tecnológica equivalente ao conjunto integrado fornecido pela Autodesk. O ArchiCAD, por exemplo, apresenta excelentes recursos para modelagem arquitetônica, mas não dispõe de ferramentas nativas consolidadas para disciplinas de instalações elétricas, hidrossanitárias, climatização ou estruturas, o que exigiria a aquisição de soluções complementares de terceiros. Da mesma forma, o Vectorworks possui forte aderência ao setor de arquitetura, mas não cobre integralmente fluxos multidisciplinares de engenharia. Já a Bentley, embora robusta em infraestrutura, não apresenta uma suíte unificada que substitua, em um único pacote, o amplo conjunto de funcionalidades presentes no Autodesk AEC Collection.

10.2.1.3. A adoção de um novo fabricante exigiria migrar modelos, desenhos, bibliotecas, detalhes padronizados, famílias paramétricas e fluxos de compatibilização construídos ao longo dos anos. Essa migração é tecnicamente complexa e, em muitos casos, inviável, uma vez que diversos formatos proprietários (como arquivos RVT, RFA, NWD e DWG especializados) não possuem conversão integral para outras plataformas sem perda de dados, parâmetros ou inteligibilidade do modelo. Isso afetaria diretamente o histórico de projetos, a rastreabilidade das revisões e a integridade das informações técnicas que sustentam obras, reformas, expansões e manutenções da infraestrutura de saúde.

10.2.1.4. Outro aspecto crítico é a curva de aprendizado e a necessidade de requalificação das equipes. A troca de uma plataforma BIM não envolve apenas a substituição de software, mas a reconstrução de metodologias de trabalho. Teria de ser aplicada uma nova matriz de capacitação para arquitetos, engenheiros, analistas e colaboradores externos contratados, com impacto direto no tempo de entrega e na produtividade. Tal mudança poderia paralisar ou retardar projetos essenciais, como obras hospitalares, análises técnicas, elaboração de termos de referência, atualizações de modelos e revisão de projetos estratégicos do Ministério da Saúde.

10.2.1.5. Por fim, destaca-se que a Autodesk é a plataforma mais utilizada no Brasil em obras públicas, licitações de engenharia, escritórios de projetos e consultorias técnicas. A interoperabilidade com parceiros externos é fundamental para garantir fluidez nos processos, reduzir incompatibilidades e assegurar que a documentação entregue por empresas contratadas esteja em conformidade com práticas amplamente estabelecidas no mercado. A troca para um fornecedor alternativo criaria um desalinhamento com o setor produtivo, aumentando conflitos de compatibilidade, retrabalhos e riscos de entrega. Diante disso, substituir a solução já implantada não representa vantagem operacional ou econômica, trazendo impactos diretos na continuidade e na qualidade da gestão de projetos do Ministério da Saúde.

10.2.2. Solução 3 - Utilização de solução de código aberto (software livre).

10.2.2.1. A implantação de subscrições de software livre implicaria riscos elevados e perda significativa de capacidade operacional para o Ministério da Saúde. Embora softwares livres ofereçam benefícios como ausência de custo de licença e maior flexibilidade de customização, eles não apresentam, no estado atual de maturidade tecnológica, condições de atender integralmente aos requisitos de modelagem do tipo BIM, integração multidisciplinar, documentação automatizada e interoperabilidade robusta exigidos por projetos de arquitetura e engenharia no setor público federal.

10.2.2.2. Os ambientes open source ainda carecem de recursos avançados de modelagem paramétrica, documentação inteligente, detecção de conflitos, gestão integrada de disciplinas e ferramentas especializadas para projetos estruturais, hidrossanitários, elétricos, mecânicos e de infraestrutura. Soluções como FreeCAD e BlenderBIM proporcionam apenas funcionalidades parciais, muitas vezes instáveis, com módulos experimentais e dependentes de voluntários da comunidade. Isso as torna inadequadas para aplicações críticas, como obras hospitalares, reformas estruturais e projetos de engenharia que exigem rastreabilidade completa, precisão normativa e responsabilidade técnica conforme legislação brasileira.

10.2.2.3. A ausência de suporte técnico com contrato, SLA e garantia formal representa outro entrave importante. Projetos de engenharia vinculados ao Ministério da Saúde demandam segurança jurídica, confiabilidade em atualizações, continuidade operacional e mecanismos formais de atendimento. Em softwares livres, a evolução depende majoritariamente da comunidade, que não possui compromisso contratual, nem garante a manutenção contínua de funcionalidades específicas. Isso inviabiliza a adoção institucional em escala, especialmente em ambientes que exigem governança, padronização e conformidade.

10.2.2.4. Além disso, a substituição exigiria revisar todo o acervo técnico existente no Ministério da Saúde — arquivos RVT, DWG especializados, famílias paramétricas, bibliotecas de componentes, modelos BIM históricos e documentação gerada nos últimos anos — os quais não possuem conversão equivalente para ferramentas abertas sem perda de dados. O resultado seria a perda de inteligência dos modelos, dificultando a continuidade de obras, manutenções e revisões de projetos essenciais para unidades de saúde. A conversão parcial criaria inconsistências, duplicidade de informações e rompimento da rastreabilidade dos projetos.

10.2.2.5. Outro impacto relevante recai sobre a interoperabilidade com parceiros externos. A quase totalidade das empresas contratadas para elaboração de projetos públicos utiliza Autodesk como padrão. Migrar para software livre isolaria o Ministério do ecossistema nacional de construção civil, obrigando fornecedores externos a readequar seus processos, o que aumentaria custos, retrabalhos e risco de entrega fora do padrão. Isso poderia levar inclusive à restrição de competitividade nas licitações, reduzindo o número de proponentes aptos a atender os requisitos técnicos dos projetos.

10.2.2.6. Portanto, embora as soluções de código aberto tenham papel relevante em contextos acadêmicos e experimentais, sua adoção como plataforma principal de projetos de engenharia civil e arquitetura no Ministério da Saúde não apresenta viabilidade técnica, operacional ou estratégica. A troca geraria perda de produtividade, elevação de riscos, quebra de continuidade operacional e comprometimento de obras essenciais, sem qualquer vantagem proporcional aos impactos causados.

- 10.2.3. Solução 4. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 40/2024 - MGI.
- 10.2.3.1. Neste cenário, seria efetuada a adesão a Ata de Registro de Preços nº 40/2024 - Design Gráfico, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90.001/2024, realizado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
- 10.2.3.2. Este cenário seria o mais vantajoso economicamente, tendo em vista que a referida Ata já sofreu reajuste de preços e o limite dos valores aplicados a ela são aqueles apresentados no Catálogo de Soluções de TIC, enquanto os demais valores válidos fazem referência ao valor original da contratação.
- 10.2.3.3. Todavia, Conforme podemos verificar no item 9.6.6. deste ETP, a negativa da empresa em fornecer os produtos para novos partícipes traz uma impossibilidade de seguir com o processo de Adesão, uma vez que restaria fracassada a tentativa.
- 10.2.3.4. Posto isto, baseado na negativa de adesão à referida ata por parte do fornecedor, o presente cenário configura-se uma alternativa tecnicamente inviável., pois não possibilita atingir os objetivos da eficácia e da efetividade.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Cálculo dos Custos Totais de Propriedade (TCO)

- 11.1.1. O inciso III do artigo 11 da IN SGD/ME nº 94/2022 aponta que a análise comparativa de custos deverá considerar apenas as soluções técnica e funcionalmente viáveis. Considerando que somente uma alternativa foi viável, apresenta-se os custos para a solução, sem considerar a comparação com outras.
- 11.1.2. Durante o levantamento de alternativas, identificou-se a existência do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas – AUTODESK, cujo escopo contempla solução similar à demandada pelo Ministério da Saúde.
- 11.1.3. Considerando o referido catálogo e os tipos de subscrições (subscrição por 12 ou 36 meses), tem-se a seguinte análise dos valores para efeitos de comparação dos custos da contratação:

11.1.3.1. Contratação de subscrição por 12 (doze) meses:

ITEM	Descrição	Licença	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	Subscrição por 12 meses	Unidade	110	R\$ 12.018,79	R\$ 1.105.728,68
Total				110	-	R\$ 1.322.066,90

11.1.3.2. Contratação de subscrição por 36 (trinta e seis) meses:

ITEM	Descrição	Licença	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	Subscrição por 36 meses	Unidade	110	R\$ 36.056,37	R\$ 3.966.200,70
Total				110	-	R\$ 3.966.200,70

- 11.1.4. A partir dos cálculos apresentados, pode-se perceber que a aquisição das subscrições pelo período de 36 meses não apresenta economia monetária quanto ao valor das licenças, porém, tem-se uma economia com custos administrativos para realização de pregão eletrônico e realização de nova contratação anualmente, visto que não é comum que os fornecedores pratiquem a renovação de contratos de subscrição de softwares, o que ocorreu nos últimos dois contratos de licenças que estavam com o prazo de validade vencendo.
- 11.1.5. Apesar de alguns fornecedores demonstrarem o interesse nas prorrogações contratuais, eles dependem do desconto do fabricante para fornecer as licenças nas mesmas condições pactuadas no momento da formalização contratual. Como não estão conseguindo esse desconto, acabam se manifestando quanto a não possibilidade de prorrogação dos instrumentos, levando este MS a instaurar novo processo licitatório para o mesmo objeto.
- 11.1.6. Cumpre registrar que o comparativo considerou apenas o custo total estimado para a aquisição das licenças, sem desdobramento anual, uma vez que a despesa será quitada conforme os quantitativos a serem demandados, não prevendo custos que justifiquem uma projeção plurianual da despesa.
- 11.1.7. Consta detalhado no Apêndice A - Planilha TCO e analise comparativa de custos TIC - Autodesk deste ETP os cálculos do Custo Total de Propriedade, conforme template de Planilha para Realização da Análise dos Custos Totais de Propriedade (TCO) - Software, disponibilizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

11.2. Mapa Comparativo dos Cálculos Totais de Propriedade (TCO):

11.2.1. Não se aplica, pois o comparativo seria entre os cenários viáveis e o estudo demonstrou a viabilidade de uma solução apenas.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Após as análises realizadas neste Estudo Técnico, constatou-se que a solução proposta no Cenário 1 - Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk atende adequadamente às necessidades das Unidades do Ministério da Saúde.

12.2. A solução da Autodesk, proporciona um ecossistema unificado, com integração nativa entre ferramentas como Revit, AutoCAD, Civil 3D, InfraWorks, Navisworks Manage, ReCap Pro, Advance Steel, Robot Structural Analysis Professional, 3ds Max, além de ferramentas complementares. Esse conjunto integrado cobre desde a fase conceitual, passando por modelagem, estrutura, MEP, infraestrutura civil e até visualização e detalhamento técnico. Esse amplo espectro permite que equipes multidisciplinares trabalhem em um fluxo unificado, com interoperabilidade entre disciplinas, coordenação de modelos e documentação padronizada, conforme descrições técnicas a seguir:

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering	<ul style="list-style-type: none">• Licença subscrição usuário nomeado - instalação em até 3 dispositivos, sendo permitido o uso em um único dispositivo por vez;• As licenças de software devem ser fornecidas em sua versão mais recente.• Serviço de Suporte Técnico e Garantia de Atualização durante o período da assinatura contratada.• A AEC Collection é um conjunto de ferramentas de BIM e CAD compatíveis com um ambiente comum de dados com base na nuvem, que facilita a entrega de empreendimentos desde o início do projeto até a sua construção e operação.• Permite fluxos de trabalho integrados para gerenciamento de documentos, elaboração e controle de qualidade de projetos, modelagem, coordenação e documentação.• Os produtos incluídos na coleção AEC: <p>a) AutoCAD (Win+Mac) software de CAD (projeto auxiliado por computador) usado para desenhos 2D e 3D precisos, projetos e modelagem com sólidos, superfícies, objetos de malha e recursos de documentação. Principais recursos: AutoCAD web, AutoCAD mobile app, AutoCAD Map 3D, AutoCAD Architecture, AutoCAD MEP, AutoCAD Electrical, AutoCAD Mechanical, AutoCAD Plant 3D, AutoCAD Raster Design. Requisitos de Sistemas: https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutoCAD-2024-includingSpecialized-Toolsets.html</p> <p>b) Revit - Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM e documentação de edificações e equipamentos. Oferece recursos de BIM para o projeto de arquitetura, de engenharia estrutural e engenharia e fabricação de sistemas de mecânica, elétrica e hidráulica. Importa, exporta e vincula dados a formatos, incluindo o IFC, 3DM, SKP, OBJ, DWG e o DGN. Inclui ferramentas para: visualização de projeto em 3D; detalhamento da armadura; vínculos com detalhamento do aço; otimização de projeto e colaboração entre equipes, disciplinas e fusos horários em ambientes de servidor e baseados em nuvem. O compartilhamento de trabalho permite que múltiplos membros da equipe trabalhem no mesmo modelo de projeto simultaneamente. Inclui ferramentas para projeto generativo. Requisitos de Sistemas: https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/Systemrequirements-for-Revit-2024-products.html</p> <p>c) Civil 3D - Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM e documentação de infraestrutura e urbanismo. Software para documentação e projetos de engenharia civil, fluxos de trabalho mais eficientes para modelagem de superfície, modelagem de corredores, projeto de terreno, águas pluviais e esgoto sanitário, e produção e documentação de plantas. Inclui ferramentas para projeto generativo. Requisitos de Sistemas: https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutoCAD-Civil-3D.html</p> <p>d) InfraWorks - Estudos conceituais e simulações em BIM de viabilidade, planejamento urbano e infraestrutura. Agrega grandes quantidades de dados para gerar um modelo de contexto rico. Integra perfeitamente os dados GIS. Explore visualmente as opções de projeto conceitual para projetos de infraestrutura rodoviária, local, ferroviário e de trânsito, ponte e água. Ferramentas de simulação de mobilidade para avaliar pessoal, trânsito, estacionamento e modelagem de outros fluxos de movimento. Requisitos de Sistemas: https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/infraworks/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-forAutodesk-InfraWorks.html</p> <p>e) Navisworks Manage - Análise, coordenação e quantificação de projetos em BIM e acompanhamento de cronogramas de obra. Identifica e resolve conflitos e interferências multidisciplinares antes do início da construção. Requisitos de Sistemas: https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/navisworks-products/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutodeskNavisworks-products.html</p> <p>f) ReCap Pro - Captura de realidade e digitalização 3D das condições existentes de sítios e ativos para criação de modelos. Crie representações digitais (nuvem de pontos) das condições existentes a partir do escaneamento de terrenos, estruturas e outros elementos físicos, utilizando drones, câmeras ou scanners a laser. Requisitos de Sistemas: https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/recap/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/Systemrequirements-for-Autodesk-ReCap-Pro-and-ReCap-Photo.html</p> <p>g) FormIt Pro - Criação e concepção de projetos e intervenções suportados por múltiplas fontes de dados. Requisitos de Sistemas: https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/formit-pro/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-forAutodesk-FormIt.html</p> <p>h) Advance Steel - Desenvolvimento de projetos em BIM e documentação de estruturas metálicas. Requisitos de Sistemas:</p>

ITEM	Descrição	Licença	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	Subscrição por 36 meses	Unidade	110	R\$ 36.056,37	R\$ 3.966.200,70
Valor Total Estimado						R\$ 3.966.200,70

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Com base no item 9 - Análise Comparativa de Soluções, a inviabilidade descrita no Registro de soluções consideradas inviáveis no item 10, demonstrou-se que o cenário abaixo atende tecnicamente aos requisitos necessário à contratação:

ID	Cenário
1	Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk.

- 14.1.1. Atualmente, o MS utiliza o licenciamento Autodesk em suas rotinas operacionais. A continuidade da solução Autodesk AEC Collection é a alternativa mais aderente às necessidades técnicas do Ministério da Saúde. A ferramenta já está plenamente incorporada aos fluxos de trabalho institucionais, garantindo compatibilidade com padrões amplamente utilizados (DWG, RVT, IFC, NWC) e assegurando integração entre todas as etapas dos projetos de engenharia e arquitetura.
- 14.1.2. A adoção de softwares de outros fabricantes implicaria em perda de interoperabilidade, necessidade de migração complexa de arquivos e reestruturação dos processos internos, com impacto direto na produtividade das equipes e no cumprimento de prazos. Alternativas gratuitas ou de código aberto também não atendem às exigências de suporte técnico, atualizações contínuas, estabilidade e maturidade funcional necessárias ao ambiente público.
- 14.1.3. A manutenção das licenças Autodesk evita riscos operacionais, preserva o investimento já realizado em capacitação e mantém a padronização atualmente utilizada por órgãos federais e parceiros externos. Assim, representa a opção mais eficiente, econômica e segura para garantir a continuidade e qualidade das entregas.

14.2. Do parcelamento da contratação decorrente de aspectos técnicos

- 14.2.1. Observa-se o fato de que toda e qualquer licitação se destina a investigar qual a melhor proposta para a efetivação dos interesses da Administração Pública, com a qualidade necessária e o menor custo possível, balizando-se por normas fundadas sobre princípios que assegurem a competitividade e justo preço, conforme o que determina o inciso II, do Art. 47 da Lei 14.133/2021.
- 14.2.2. Frisa-se que, o Art. 47, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as compras efetuadas pela Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis e ainda, considerar-se-á a busca pela ampliação da competição e evitar a concentração de mercado.
- 14.2.3. No mesmo sentido a Súmula nº 247 do TCU, vejamos:
- "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se à essa divisibilidade." (Grifou-se).
- 14.2.4. Portanto a Administração Pública deve analisar cada caso isoladamente, buscando a contratação mais vantajosa, restando demonstrado, no caso em tela, conforme disposto neste Estudo Técnico Preliminar, **não sendo cabível o parcelamento da solução objeto desta contratação**, pois, a divisibilidade se mostra tecnicamente, economicamente e possivelmente inviável, haja vista que os objetos, por tratarem-se de uma solução de TIC de um mesmo tipo em itens isolados da contratação podem dificultar a execução do contrato, uma vez que seria oneroso para o MS gerenciar fornecedores de um mesmo serviço em múltiplos contratos.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

- 15.1. As licenças da Autodesk, especificamente a **AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection**, é mais vantajosa do ponto de vista econômico e mais sustentável, sob a ótica orçamentária.
- 15.2. Apesar de haver soluções alternativas no mercado, a adoção da coleção Autodesk apresenta uma relação custo-benefício favorável quando consideradas suas funcionalidades integradas, escalabilidade, suporte técnico e aderência às necessidades específicas da instituição, reduzindo a dependência de múltiplas soluções fragmentadas.

15.3. Além disso, durante a análise dos cenários ao comparar as alternativas de mercado, verifica-se que os preços apresentados estão aderentes às necessidades do MS, aliados à facilidade de gestão, padronização e usabilidade torna-se o mais vantajoso para o presente caso.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Dentre os principais benefícios a serem alcançados com a contratação, pode-se evidenciar:

- 16.1.1. Integração e continuidade operacional, permitindo a integração nativa entre ferramentas e garantindo continuidade nos fluxos de trabalho.
- 16.1.2. Suporte desde a fase conceitual, passando por modelagem, estrutura, MEP, infraestrutura civil e até visualização e detalhamento técnico.
- 16.1.3. Manter consistência nos materiais produzidos.
- 16.1.4. Atender às determinações dos Decretos nº 10.306/2020 e nº 11.888/2024, que instituem e regulamentam a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM.
- 16.1.5. Redução de riscos por meio de ferramentas consolidadas de compatibilização, revisão e validação de projetos em ambiente BIM.
- 16.1.6. Ambiente colaborativo integrado, permitindo trabalho simultâneo de equipes internas e externas, com controle de permissões e histórico de revisões.
- 16.1.7. Aproveitamento dos investimentos já realizados em capacitação, infraestrutura e maturidade BIM institucional, evitando retrabalho e custos de migração.
- 16.1.8. Aumento da produtividade das equipes e melhoria na qualidade técnica dos produtos entregues.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. A unidade requisitante, em conjunto com as áreas técnicas competentes, deverá:

- 17.1.1. Elaborar a minuta do Termo de Referência, com base nas especificações técnicas já validadas neste ETP;
- 17.1.2. Encaminhar os autos para a área jurídica e de planejamento de contratações para análise prévia;
- 17.1.3. Assegurar a disponibilidade orçamentária conforme previsão no PCA 2026 e no PDTIC vigente.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1.1. A viabilidade desta contratação encontra respaldo nos fundamentos expostos no presente Estudo Técnico Preliminar, sendo que as análises realizadas demonstram, de forma clara e objetiva, a compatibilidade da solução proposta com as necessidades e objetivos da Administração Pública.

18.1.2. A escolha do cenário 1 (Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk) visa assegurar a obtenção da melhor solução técnica e econômica, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, previstos na legislação vigente. Com base nas justificativas apresentadas, e em observância ao interesse público, conclui-se pela viabilidade da contratação, a qual está devidamente fundamentada nos elementos técnicos e legais contidos neste documento.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Requisitante.

RAMON MORENO DE MATOS VIEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:23:57.

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Técnico.

MARCELO DIAS DE SA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 11:22:40.

Despacho: Aprovo a presente demanda como autoridade máxima da Área de TIC e aprovo como autoridade competente.

ROBSON WILLIAN DE MELO MATOS

Autoridade Máxima da Área de TIC e Autoridade Competente substituto



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 10:05:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha TCO e análise comparativa de custos TIC - Autodesk.pdf (42.56 KB)

CUSTO TOTAL DE PROPRIEDADE

CENÁRIO Cenário 1 - Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk.

1. Identificação da Solução

Descrição da Solução: Contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte

Identificação Abreviada: Cenário 1 - Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk.

2. Custos estimados de Contratação

Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total	Observações / Memória de Cálculo
AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	110	36.056,37	R\$ 3.966.200,70	Quantidade de licenças estimadas para o período de 36 meses
Custo Estimado Total Contratação:			R\$ 3.966.200,70	

3. Custos de Operação/Execução

Descrição	Ano 1		
	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Custos administrativos (pregão eletrônico)	1	R\$ 64.758,03	R\$ 64.758,03
			R\$ -
Custo Estimado Operação - Ano 1:			R\$ 64.758,03

*Os custos administrativos são pagos apenas no ano 1

ANÁLISE DE CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE - Cenário 1 - Manutenção do licenciamento utilizado atualmente da fabricante Autodesk.

Descrição dos elementos de custos	Estimativa de TCO ao longo dos anos										CUSTO TOTAL
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	
AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	R\$ 3.966.200,70	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.518.302,22	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.147.257,15	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.863.763,63	R\$ 19.495.523,70
Custos administrativos (pregão eletrônico)	R\$ 64.758,03										R\$ 64.758,03
TOTAL	R\$ 4.030.958,73	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.518.302,22	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.147.257,15	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.863.763,63	R\$ 19.560.281,72

* Variação acumulada do ICTI de 4,44% nos últimos doze meses, outubro de 2024 a setembro de 2025. (https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2025/11/indice-de-custo-da-tecnologia-da-informacao-icti-setembro-de-2025/)

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	JULIANA VIANA BARRETO BATALHA	06/05/2026 10:06 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	207/2026	25000.188859/2025-29

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, para o período de 36 (trinta e seis) meses, com direito de atualização e suporte, por meio do Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Licença	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	27502	Unidade	ADSK001	Subscrição por 36 meses	1	66	110	36.056,37	3.966.200,70
VALOR TOTAL (R\$)										3.966.200,70

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o disposto no Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e de acordo com o descrito neste Termo de Referência.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os serviços são enquadrados como continuados, uma vez que se refere à disponibilização contínua de licenças de software essenciais ao desempenho das atividades finalísticas e administrativas do Ministério da Saúde. A interrupção da prestação desses serviços comprometeria diretamente a execução das rotinas de elaboração, revisão, atualização e gestão de projetos técnicos de arquitetura e engenharia, impactando negativamente a continuidade do serviço público.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.2. Justificativa da contratação para o período de 36 (trinta e seis) meses:

1.4.2.1. As licenças são comercializadas em planos anuais ou plurianuais, sendo o prazo padrão comercial atualmente 36 meses, o que demonstra a adequação desse período à política comercial da própria empresa fornecedora. Tal formato possibilita maior previsibilidade, estabilidade e atualização constante dos softwares, essenciais para a rotina institucional.

1.4.2.2. Além disso, o período de 36 meses atende aos seguintes aspectos:

1.4.2.2.1. **Estabilidade operacional:** Permite que as equipes técnicas mantenham o uso contínuo Estabilidade operacional: dos softwares, evitando interrupções que possam prejudicar a qualidade dos serviços e entregas.

1.4.2.2.2. **Planejamento orçamentário:** Facilita o controle das despesas públicas e o planejamento Planejamento orçamentário: financeiro da instituição, com previsibilidade do custo total do contrato durante os três anos.

1.4.2.2.3. **Condições comerciais vantajosas:** A contratação em prazo integral alinhado ao modelo comercial se mostra vantajoso com menores preços e condições diferenciadas, promovendo economia e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

1.4.2.2.4. **Atualizações tecnológicas:** O contrato garante o acesso às versões mais recentes dos softwares, assegurando conformidade com as necessidades técnicas, legais e normativas.

1.4.2.3. Diante disso, a contratação das licenças supracitadas pelo prazo de 36 meses atende plenamente ao interesse público, garantindo a continuidade dos serviços, a economicidade e a eficiência administrativa.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Da Classificação dos Serviços

1.6. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

1.7. Em observância ao disposto no art. 3º, inciso I da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, registra-se que a contratação não incorrerá em mais de uma solução de TIC em um único contrato.

1.8. A Equipe de Planejamento da Contratação observou os guias, manuais e modelos publicados pelo órgão do SISP conforme recomenda o art. 8º, §2 da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, sendo que a supervisão será exclusivamente por servidores deste Ministério da Saúde.

1.9. A Equipe de Planejamento da Contratação observou que a prestação dos serviços da contratação em tela não incide nas vedações do rol detalhado dos incisos I a XIII, do art. 5º, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se quanto a necessidade de formalizar o Registro de Preços para a aquisição de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte, para atender as necessidades do Ministério da Saúde - MS.

2.2. O Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde - Datasus é unidade fundamental e estratégica para que o MS cumpra suas funções, sua missão, as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde e o disposto nos instrumentos de planejamento das políticas da Administração Pública Federal para a área da saúde expressas na Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2024-2027 e no Plano Plurianual - PPA 2024-2027. Aliás, é missão do Datasus prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática necessários ao processo de planejamento, operação e controle do SUS, por meio da manutenção de bases de dados nacionais, apoio e consultoria na implantação de sistemas e coordenação das atividades de informática inerentes ao funcionamento integrado dos mesmos.

2.3. As áreas do MS dependem diretamente da efetividade dos recursos tecnológicos, que são cada vez mais essenciais ao desenvolvimento de suas atividades meio e fim. Por isso, ao longo dos anos o MS tem investido em recursos de tecnologia da informação e comunicação, de forma a assegurar a eficiência no desempenho de suas atividades institucionais, possibilitando o oportuno tratamento de um grande e variado conjunto de informações.

2.4. Nesse aspecto, a presente contratação tem por finalidade atender às necessidades das unidades responsáveis pelo desenvolvimento, atualização e gestão de projetos arquitetônicos, de engenharia e de infraestrutura no âmbito deste Órgão. Para execução dessas atividades, faz-se imprescindível a utilização de ferramentas tecnológicas que suportem metodologias modernas de elaboração e manutenção de projetos, especialmente no padrão BIM (Building Information Modeling), que é uma metodologia de trabalho baseada na criação, gestão e compartilhamento de modelos digitais contendo informações técnicas, geométricas e documentais ao longo do ciclo de vida de um empreendimento, estrutura amplamente consolidada no setor público e privado e fundamental para a modernização dos processos técnicos.

2.5. A adoção de uma plataforma de software especializada é essencial para garantir a precisão, integridade e rastreabilidade das informações ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos públicos. Tais ferramentas permitem a criação de modelos tridimensionais paramétricos, a integração entre disciplinas (arquitetura, estruturas, instalações prediais e infraestrutura), a documentação técnica completa, bem como a compatibilização e detecção de interferências. Sem uma solução desta natureza, há risco elevado de inconsistências documentais, retrabalhos, falhas de comunicação técnica e atrasos na execução dos projetos.

2.6. Além disso, esse tipo de solução contempla recursos de gestão colaborativa, com funcionalidades voltadas ao controle de versões, revisão técnica, compartilhamento seguro de arquivos e coordenação entre equipes internas e externas. Esses mecanismos são fundamentais para assegurar transparência, eficiência e rastreabilidade, especialmente em projetos que envolvem múltiplas áreas, prestadores de serviço e unidades descentralizadas.

2.7. A necessidade de contratação também se justifica pela obrigatoriedade crescente de utilização de metodologias BIM em órgãos públicos federais, conforme normativos vigentes como os Decretos nº 10.306/2020 e nº 11.888/2024, os quais estabelecem diretrizes para o uso progressivo da modelagem da informação da construção nas obras e serviços de engenharia contratados por órgãos e entidades da administração pública federal. Dessa forma, a contratação das licenças representa medida necessária para a conformidade legal, modernização tecnológica e fortalecimento da gestão da infraestrutura pública no âmbito deste Ministério.

2.8. Atualmente, como objeto dos Contratos Administrativos de prestação de serviços n.º 106/2022 e 51/2023, o DATASUS, unidade responsável pela contratação de bens e serviços de TIC, realizou as contratações para atender a demanda da CGINFRA e da SESA, unidades do Ministério da Saúde que utilizam como ferramentas de design gráfico e modelagem o software AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection.

2.9. Tendo em vista a necessidade contínua de softwares para elaboração de projetos, faz-se necessário o planejamento para contratação de tais ferramentas/serviços e, assim, fornecer ferramentas necessárias para as diversas unidades do Ministério da Saúde que necessitam destas para a execução dos seus trabalhos.

2.10. Caso não seja realizada a contratação, as unidades do Ministério da Saúde ficarão impossibilitadas de manter atualizadas as plantas e documentações técnicas sob sua responsabilidade, dificultando a elaboração e revisão de projetos, a supervisão de obras e a gestão patrimonial. A ausência de ferramentas adequadas também compromete a observância de normas técnicas, a execução das atividades finalísticas das unidades demandantes e a conformidade com auditorias internas e externas.

2.11. Diante do exposto, a contratação de uma solução de software para modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia revela-se tecnicamente necessária e plenamente justificada. Tal medida assegura eficiência operacional, continuidade dos serviços, conformidade com as diretrizes federais e mitigação de riscos institucionais, proporcionando maior qualidade técnica e segurança na tomada de decisões relacionadas às atividades de infraestrutura e construção.

Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP:

2.12. O Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023 e alterações, foi instituído pelo Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de Licitação e Contratação na esfera pública e preconiza:

- Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:
- (...)
- I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
 - II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;
 - III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;
 - IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;
 - V - atendimento aos princípios:
 - a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
 - b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
 - c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

2.13. Assim, o artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, estabelece as hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

- Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:
- (...)
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- (...)
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.14. Baseado neste aspecto legal, vê-se um conjunto de benefícios quanto a adoção do Registro de Preços, a seguir enumerados:

2.14.1. Adequado à imprevisibilidade do consumo: como não há a obrigatoriedade da contratação imediata, a Administração poderá registrar os preços conforme seu planejamento e quando houver sua melhor disponibilidade, efetivar a contratação;

2.14.2. Agiliza as aquisições: com o Registro de Preços as aquisições são mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos;

2.14.3. Independe de previsão orçamentária: essa comprovação só é exigida para se efetivar a contratação, quando da efetivação da compra;

2.14.4. Proporciona a redução do número de licitações: o Registro de Preços ainda proporciona a redução do número de licitações, pois projetos de mesma natureza podem ser demandados por outras organizações públicas. O Registro dos Preços deste processo pode ser aproveitado para implantação da solução no atendimento a essas necessidades, ressaltando ainda a possibilidade de reaproveitamento das funcionalidades implantadas, bem como do conhecimento desenvolvido, traduzindo não somente na racionalização dos recursos financeiros, mas também na integração de todos estes recursos no âmbito da administração pública.

2.15. Registra-se que a presente proposta de contratação enquadra-se nos incisos III e V do artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023, para a adoção do Registro de Preços;

2.16. Nos termos do inciso III, o objeto da contratação caracteriza-se pela necessidade frequente de contratações ao longo do exercício, em razão da rotatividade de usuários, variação da demanda interna, ampliação ou reorganização das equipes técnicas e da necessidade de manutenção da continuidade operacional. O SRP permite que a Administração contrate as licenças de forma gradual e conforme a efetiva necessidade, evitando contratações excessivas ou subdimensionadas, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

2.17. Adicionalmente, a adoção do SRP também se justifica com base no inciso V, uma vez que, embora seja possível estimar a demanda global de licenças, não é possível definir previamente, com absoluta precisão, o momento exato da contratação ao longo da vigência, tendo em vista fatores como início de novos projetos, prorrogação de contratos, substituição de servidores, apoio técnico a unidades descentralizadas e demandas supervenientes. O registro de preços confere maior flexibilidade à Administração para realizar as contratações no momento oportuno, sem necessidade de deflagrar novos certames.

2.18. Dessa forma, a contratação pelo Sistema de Registro de Preços, baseada nos incisos III e V, que abarcam contratações frequentes e a impossibilidade de determinação prévia de quantitativo a ser demandado, se mostra não só razoável, como também recomendada.

2.19. Roborando o assunto, Marçal Justen Filho, em sua obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, assim comenta o Sistema de Registro de Preços:

“No Sistema de Registro de Preços, a principal diferença reside no objeto da licitação. Usualmente, a licitação destina-se a selecionar um fornecedor e uma proposta para uma contratação específica, a ser efetivada posteriormente pela Administração. No Registro de Preços, a licitação destina-se a selecionar fornecedor e proposta para contratações não específicas, seriadas, que poderão ser realizadas durante certo período, por repetidas vezes. A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir, se valerá dos preços registrados, tantas vezes quantas o desejar (dentro dos limites estabelecidos no ato convocatório)”.

2.20. Assim, ressalta-se que a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Justificativa quanto a adesão ao Registro de Preços

2.21. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a contratação foi dimensionada a partir de necessidades específicas da Administração, considerando quantidade de licenças, perfis de usuários, modelo de licenciamento, gestão de acessos, suporte técnico e continuidade operacional. A eventual adesão por órgãos não participantes poderia comprometer o planejamento realizado, a adequada execução contratual e a garantia da prestação ininterrupta do serviço.

2.22. Não será permitida qualquer adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação por quaisquer Órgãos ou Entidades da Administração Pública que não tenha participado do presente processo de registro de preços.

Justificativa quanto a intenção de registro de preços

2.23. Sabe-se que a Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

2.24. Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 11.462/2023 abordou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Seção I

Da intenção de registro de preços

Divulgação

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.

§ 1º O prazo previsto no caput será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

Art. 10. Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o caput.

2.25. Assim, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa plausível sendo, para o presente caso, justificada a dispensa da IRP de forma adequada pelo fato de ser demanda com urgência na contratação, tendo em vista a necessidade de aquisição das licenças de softwares para modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia, uma vez que os contratos existentes nas unidades desse MS encontram-se vencidos ou próximo ao vencimento, sem a possibilidade de renovação.

2.25.1. Os softwares utilizados para elaboração de projetos são de uso contínuo das áreas de arquitetura e engenharia, visto a necessidade de se manter atualizados os projetos estruturais, de instalações prediais, bem como da infraestrutura do ambiente que é responsabilidade do Ministério da Saúde, possibilitando a integração dos mesmos.

2.26. Portanto, a composição da contratação visa atender uma demanda específica do Ministério da Saúde e, diante disso, salienta-se a urgência na celeridade da pretensa contratação, considerando que, caso haja atrasos na contratação, além de todo o exposto, haverá impacto na produtividade das áreas finalísticas do MS.

2.27. Assim, considerando disposto no § 3º, do Art. 1º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que diz que os processos que ensejarem a formação de atas de registro de preços de serviços de TIC passíveis de adesão por parte de órgãos ou entidades não participantes deverão observar a necessidade de aprovação técnica prévia do Órgão Central do SISP, registra-se que a contratação em tela não se enquadra no referido normativo uma vez que não será admitida qualquer adesão à Ata de Registro de Preços, bem como não atinge o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o que dispensa a aprovação do Órgão Central.

2.28. Por fim, a não abertura de Intenção de Registro de Preços (IRP) justifica-se em razão da natureza específica da contratação, que envolve a disponibilização de licenças de software especializado, de uso continuado e estratégico, dimensionadas conforme as necessidades próprias do Ministério da Saúde, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A inclusão de outros órgãos poderia introduzir demandas heterogêneas, comprometendo a padronização da solução, a gestão das licenças e a eficiência da execução contratual. Dessa forma, visando assegurar o adequado planejamento, controle e continuidade dos serviços, conclui-se pela não abertura de IRP, em observância aos princípios da eficiência e do interesse público.

Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

2.29. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.

ALINHAMENTO PCA 2026				
DFD	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATSER
490/2025	1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	unidade	27502

Alinhamento aos Planos Estratégicos

2.30. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2022-2024 do Ministério da Saúde, prorrogado por mais doze meses pelo Comitê de Governança Digital do Ministério da Saúde (CGD/MS), conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS		
ID	Objetivos Estratégicos	Nome do Documento
Diretiva 9.	Políticas, planos, normas, serviços e demais ativos de TIC que garantem a sustentação e disponibilidade	

Infraestrutura de TIC.	do parque tecnológico e das demais soluções de TIC do ministério da SAÚDE que impactam diretamente no SUS.	PDTIC - 2022-2024
OE.12	Disponibilizar infraestrutura de microinformática para atendimento dos usuários corporativos.	
N.119	Contratação de licenças para software estatístico, Adobe e de colaboração online (Miro e MS Planner).	
N.153	Disponibilizar infraestrutura de microinformática para atendimento dos usuários corporativos.	
N.191	Disponibilização de ferramentas e licenças para desempenho das atividades da CGGOV.	

Alinhamento ao PDTIC 2022-2024

2.31. Quanto ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, a contratação está prevista conforme abaixo:

ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A21.3	Contratar infraestrutura de microinformática.	M.21	30% dos ativos de infraestrutura de microinformática mapeados contratados.

2.32. Cabe destacar que o novo PDTIC 2026-2028 encontra-se em fase de elaboração e, em razão dessa circunstância, o PDTIC 2022-2024 foi formalmente prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme decisão do Comitê de Governança Digital (CGD), deliberada em reunião realizada em 14/07/2025 e registrada no Processo SEI nº 25000.126447/2022-52.

2.33. Por não se tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação não será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice "J" deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste no Registro de Preços para contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte, conforme tabela a seguir:

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<ul style="list-style-type: none">• Licença subscrição usuário nomeado - instalação em até 3 dispositivos, sendo permitido o uso em um único dispositivo por vez;• As licenças de software devem ser fornecidas em sua versão mais recente.• Serviço de Suporte Técnico e Garantia de Atualização durante o período da assinatura contratada.• A AEC Collection é um conjunto de ferramentas de BIM e CAD compatíveis com um ambiente comum de dados com base na nuvem, que facilita a entrega de empreendimentos desde o início do projeto até a sua construção e operação.• Permite fluxos de trabalho integrados para gerenciamento de documentos, elaboração e controle de qualidade de projetos, modelagem, coordenação e documentação.• Os produtos incluídos na coleção AEC: <p>a) AutoCAD (Win+Mac) software de CAD (projeto auxiliado por computador) usado para desenhos 2D e 3D precisos, projetos e modelagem com sólidos, superfícies, objetos de malha e recursos de documentação. Principais recursos: AutoCAD web, AutoCAD mobile app, AutoCAD Map 3D, AutoCAD Architecture, AutoCAD MEP, AutoCAD Electrical, AutoCAD Mechanical, AutoCAD Plant 3D, AutoCAD Raster Design. Requisitos de Sistemas: https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutoCAD-2024-includingSpecialized-Toolsets.html</p> <p>b) Revit - Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM e documentação de edificações e equipamentos. Oferece recursos de BIM para o projeto de arquitetura, de engenharia estrutural e engenharia e fabricação de sistemas de mecânica, elétrica e hidráulica. Importa, exporta e vincula dados a formatos, incluindo o IFC, 3DM, SKP, OBJ, DWG e o DGN. Inclui ferramentas para: visualização de projeto em 3D; detalhamento da armadura; vínculos com detalhamento do aço; otimização de projeto e colaboração entre equipes, disciplinas e fusos horários em ambientes de servidor e baseados em nuvem. O compartilhamento de trabalho permite que múltiplos membros da equipe trabalhem no mesmo modelo de projeto simultaneamente. Inclui ferramentas para projeto generativo. Requisitos de Sistemas: https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/Systemrequirements-for-Revit-2024-products.html</p> <p>c) Civil 3D - Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM e documentação de infraestrutura e urbanismo. Software para documentação e projetos de engenharia civil, fluxos de trabalho mais eficientes para modelagem de</p>

superfície, modelagem de corredores, projeto de terreno, águas pluviais e esgoto sanitário, e produção e documentação de plantas. Inclui ferramentas para projeto generativo. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutoCAD-Civil-3D.html>

d) InfraWorks - Estudos conceituais e simulações em BIM de viabilidade, planejamento urbano e infraestrutura. Agrega grandes quantidades de dados para gerar um modelo de contexto rico. Integra perfeitamente os dados GIS. Explore visualmente as opções de projeto conceitual para projetos de infraestrutura rodoviária, local, ferroviário e de trânsito, ponte e água. Ferramentas de simulação de mobilidade para avaliar pessoal, trânsito, estacionamento e modelagem de outros fluxos de movimento. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/infraworks/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-forAutodesk-InfraWorks.html>

e) Navisworks Manage - Análise, coordenação e quantificação de projetos em BIM e acompanhamento de cronogramas de obra. Identifica e resolve conflitos e interferências multidisciplinares antes do início da construção. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/navisworks-products/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutodeskNavisworks-products.html>

f) ReCap Pro - Captura de realidade e digitalização 3D das condições existentes de sítios e ativos para criação de modelos. Crie representações digitais (nuvem de pontos) das condições existentes a partir do escaneamento de terrenos, estruturas e outros elementos físicos, utilizando drones, câmeras ou scanners a laser. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/recap/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/Systemrequirements-for-Autodesk-ReCap-Pro-and-ReCap-Photo.html>

g) FormIt Pro - Criação e concepção de projetos e intervenções suportados por múltiplas fontes de dados. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/formit-pro/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-forAutodesk-FormIt.html>

h) Advance Steel - Desenvolvimento de projetos em BIM e documentação de estruturas metálicas. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutodeskAdvance-Steel-2023.html>

i) Robot Structural Analysis Professional - Cálculo estrutural e verificação de conformidade de código integrado a modelos BIM. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/robot-structural-analysis-professional/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutodeskRobot-Structural-Analysis-Professional-2022.html>

j) Structural Bridge Design - Análise estrutural de pontes. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/structural-bridge-design/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-Structural-Bridge-Design2018.html>

k) Vehicle Tracking - Análise de trajetória e movimentação de veículos. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/vehicle-tracking/learnexplore/caas/CloudHelp/cloudhelp/2022/PTB/Autodesk-VehicleTracking-SysReq/files/GUID-93FF210BFE08-4DC3-B4DB-0B9BA7724E23-hm.html>

l) Fabrication CADmep - Criação de modelos MEP, geração de estimativas e planos para fabricação. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/System-requirements-for-Autodesk-Fabrication-2022-products.html>

m) 3ds Max - Modelagem 3D, animação e renderização para visualização de projetos. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-3ds-Maxproducts.html>

n) Insight - Simulação e análise de desempenho de empreendimentos em BIM. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/insight/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-forAutodesk-Insight-2018.html>

o) Autodesk Rendering - Renderização rápida em nuvem e em alta resolução para visualização de projetos

p) Autodesk Drive – armazenamento em nuvem próprio para CAD – usuários e pequenas equipes.

q) Autodesk Docs - Gerenciamento de documentos baseado na nuvem e ambiente comum de dados com armazenamento ilimitado. Requisitos de Sistemas: https://help.autodesk.com/view/DOCS/ENU/?guid=System_Requirements_ACC

r) Autodesk Forma - recursos de design conceitual, análises preditivas e automações para criar bases sólidas e sustentáveis para os projetos. Eficiência com configuração de projeto intuitiva, automações de projeto e integração bidirecional com o Revit. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/SystemRequirements-for-Autodesk-Forma.html>

- Autodesk Account para gerenciamento de conta, perfil, produtos, usuários e pagamentos.
- Segurança: Verificação em 2 etapas
- Importação e atribuição em massa: Carregue um arquivo .csv para adicionar um grande número de usuários de uma só vez.
- Grupos: Organize os usuários em grupos para atribuir rapidamente os mesmos produtos a muitos usuários.
- Crie e gerencie automaticamente grupos de usuários e suas atribuições de produtos na sua conta da
- Autodesk Account sem sincronizar com um diretório de usuário.
- Relatórios: Relatório de uso do produto
- Suporte em Tempo Real 8x5 - contato com um especialista da Autodesk para obter ajuda com questões técnicas durante o horário comercial local.
- Suporte de caso na Web - Envie um caso e receba ajuda de um especialista no prazo de um dia útil.
- Autodesk Drive: Armazenamento, visualização e compartilhamento dados de projeto com segurança.

3.3. Os quantitativos da solução proposta está disposto no item 1.1. deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Viabilizar a modelagem, documentação e gestão de projetos de arquitetura e engenharia do Ministério da Saúde.
- 4.1.2. Possibilitar a elaboração, revisão, atualização e armazenamento de projetos técnicos de forma integrada e colaborativa.
- 4.1.3. Garantir a qualidade, rastreabilidade e integridade das informações técnicas contidas nos projetos.
- 4.1.4. Permitir trabalho colaborativo entre equipes internas e externas, com controle de permissões e histórico de revisões.
- 4.1.5. Proporcionar a criação e edição de desenhos técnicos, projetos, modelos arquitetônicos em formatos 2D e 3D.
- 4.1.6. Reduzir riscos associados a falhas de compatibilização, inconsistências de documentação e erros de projeto.
- 4.1.7. Dar continuidade à prestação dos serviços após encerramento do prazo do atual contrato.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.5. Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

4.6. Decreto nº 7.203/2010, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação de nepotismo no âmbito da administração pública federal;

4.7. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;

4.8. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.9. Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

4.10. Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.11. Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023 - Estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.12. Portaria nº - 271, de 27 de janeiro de 2017 - Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Saúde - POSIC /MS;

4.13. Portaria nº 589, de 20 de maio de 2015 - Institui a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS);

4.14. Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.15. A Equipe de Planejamento da Contratação observou os guias, manuais e modelos publicados pelo órgão do SISP conforme recomenda o art. 8º, §2 da IN SGD/ME nº 94/2022.

Requisitos de Manutenção

4.16. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.16.1. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante no momento da assinatura do contrato.

4.16.2. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual.

4.16.3. O serviço de suporte técnico deverá ser via telefone, e-mail ou sistema informatizado, pelo período contratado e estar disponível para acionamento, no mínimo, no período de 08:00h às 18:00h em dias úteis.

4.16.4. O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada. Nos dois casos, sempre com acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE.

4.16.5. A CONTRATADA deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:

4.16.5.1. Quando um chamado for aberto pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto/dano para a CONTRATANTE.

4.16.5.2. A tabela abaixo traz exemplos de tipos de problemas e níveis de severidade:

Nível de severidade	Descrição de suporte e operações
Severidade A (Crítica)	Um ou mais serviços não estão acessíveis ou não podem ser usados. A produção, as operações ou as datas limite para implantação são gravemente afetadas, ou há um grave impacto sobre a produção. Vários usuários ou serviços são afetados.
Severidade B (Alta)	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto alto e é possível lidar com ela durante o horário comercial. Mais de um usuário, cliente ou serviço é parcialmente afetado.
Severidade C (Média)	A situação tem impacto moderado. O problema é importante, mas não tem impacto expressivo no ambiente de produção e no serviço atual do cliente. Um único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.
Severidade D (Baixa)	Um problema ou questão pequena/procedural (questões relacionadas à programação ou configuração, questões relacionadas à funcionalidade, operabilidade ou formatação ou problemas cosméticos).

4.16.5.3. Quanto ao tempo de resposta inicial do suporte técnico, deverá ser baseado nos níveis de severidade descritos acima e no tipo de assinatura contratada. A tabela abaixo descreve as metas de tempo de resposta:

Nível de severidade	Nível de Serviço
Severidade A (Crítica)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 02 horas e Tempo máximo de solução de 06 horas.
Severidade B (Alta)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 08 horas e Tempo máximo de solução de 24 horas.
Severidade C (Média)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 16 horas e Tempo máximo de solução de 48 horas.
Severidade D (Baixa)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 24 horas e Tempo máximo de solução de 72 horas.

4.16.5.4. Para efeitos da tabela acima, consideram-se:

- a) Tempo de Reposta: O tempo decorrido desde a criação da solicitação até a primeira resposta.
- b) Tempo de Solução: O tempo decorrido desde a criação da solicitação até resolução completa do problema ou solução de contorno que assegura as funcionalidades necessárias para o perfeito funcionamento dos sistemas.

Requisitos Temporais

- 4.17. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 4.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.19. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.20. Na execução dos serviços, deverá ser observado o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), para recebimento da chave de ativação da licença.
- 4.21. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

CRONOGRAMA DE EVENTO			
ID	EVENTO	PRAZO ESTIMADO	PERCENTUAL A PAGAR
1	Assinatura do Contrato	D1 - início do cronograma	0% (zero por cento)
2	Reunião Inicial	Em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato.	0% (zero por cento)
3	Emissão da Ordem de Serviço - OS	Após realizada a reunião inicial.	0% (zero por cento)
4	Entrega das licenças	No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a partir da abertura da OS	0% (zero por cento)

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.22. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e as partes comprometem-se em cumprir suas obrigações, quando houver tratamento de dados pessoais, no que couber, ao abrigo da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 4.22.1. A Contratada deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência para fins de segurança de dados e da prestação do serviço, Apêndices C e D, deste Termo de Referência.
- 4.22.2. A Contratada fica proibida de veicular e/ou comercializar as informações técnicas produzidas ou as que vier ter acesso durante a execução do contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do Ministério da Saúde.
- 4.22.3. A Contratada deverá obedecer, quando aplicável, as normas de segurança ISO/IEC 27.000.
- 4.22.4. A Contratada deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais estabelecidos pela Política de Segurança da Informação - POSIC (ou similar) em vigor no Ministério da Saúde, bem como os demais normativos especificados neste Termo de Referência.
- 4.22.5. A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, no que diz respeito a todo e qualquer assunto de interesse do Ministério da Saúde ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste documento, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 4.22.6. A Contratada deverá se responsabilizar pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer.
- 4.22.7. É vedado à Contratada ceder, transferir, subcontratar ou de qualquer forma dispor, total ou parcialmente, do objeto contratual, sob pena de rescisão contratual e demais cominações legais.
- 4.22.8. A Contratada deverá manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações de que vier ter acesso durante a execução do contrato, devendo essa zelar pela manutenção do sigilo absoluto do conhecimento adquirido.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.23. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.23.1. A execução do objeto será realizada de acordo com os critérios contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI /MPOG, Lei nº 12.305/2010 e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

4.23.2. Os prestadores dos serviços devem se apresentar em trajes adequados à circulação em órgãos e repartições públicas, portando crachá funcional ou equivalente, assim como o atendimento deve ser realizado de forma cortês, educada e discreta;

4.23.3. A prestação dos serviços deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

4.23.4. A Contratada deve implantar boas práticas ambientais, devendo as especificações dos insumos necessários, atender as normas ambientais vigentes, principalmente no que tange ao uso de produtos biodegradáveis;

4.23.5. Deverão ser adotadas pela Contratada, todas as normas federais, estaduais e municipais quanto aos critérios de preservação ambiental, além das orientações das entidades públicas que versem sobre a matéria no que couber, dentre as quais a seguinte:

4.23.5.1. Todos os resíduos gerados durante a prestação dos serviços deverão ser depositados em lugar adequado ou aterro sanitário, em conformidade com a resolução do CONAMA 307/2002 e suas posteriores alterações (Resoluções 348 /2004, 431 /2011 e 448/2012).

4.23.6. Os equipamentos utilizados direta ou indiretamente na prestação dos serviços devem estar aderentes, no que couber, à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.23.7. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017 /SEGES e nº 94/2022/SGD – a Contratada deverá priorizar, para a solução, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis;

4.23.8. Garantir mecanismos de limitação de consumo de recursos do ambiente;

4.23.9. A Contratada deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições;

4.23.10. É dever da Contratada observar entre outras, no que couber: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção dos bens; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

4.23.11. A documentação técnica/manuais, se houver, bem como a documentação produzida ao longo da execução do contrato devem apresentar o idioma português;

4.23.12. A Contratada deverá fornecer a solução, objeto deste Termo de Referência, de forma completa, com atendimento a todos os requisitos presentes, sem que haja a necessidade de o MS realizar quaisquer contratações adicionais; e

4.23.13. Acerca do horário de funcionamento do MS, informa-se o disposto no art. 1º, da Portaria nº 3.032 de 16 de dezembro de 2008, o qual determina que o "horário de funcionamento das unidades do Ministério da Saúde, inclusive nos seus Núcleos Estaduais, compreende o período das 7 (sete) às 21 (vinte e uma) horas, de segunda-feira a sexta-feira".

4.23.14. Os serviços serão prestados de maneira ininterrupta, exceto aqueles que devem ser agendados e, nesse último caso, devem ser prestados em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira ou em dias e horários a serem acordados entre as partes.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.24. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.25. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.26. Para verificação dos requisitos de sistemas, deve-se observar o descrito do aplicativo constante no Apêndice "A - Especificações Técnicas da Solução de TIC", anexo deste Termo de Referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.27. Os requisitos de projeto e de implementação deverão observar os critérios definidos no item 6. Modelo de Execução do Contrato.

Requisitos de Implantação

4.28. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.28.1. A CONTRATADA deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para gerenciamento, controle, acesso e suporte à implantação para as licenças de software fornecidas.

4.28.2. Deverá ser fornecido certificado do fabricante que comprove o registro das licenças no site do fabricante (ou chave única tipo serial, ou funcionalidade de gestão que permita atestar tal condição), comprovando perante o fabricante que se trata de uma ferramenta devidamente licenciada e autêntica conforme regras definidas nesse TR.

4.28.3. As licitantes vencedoras deverão fornecer documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, modelo, part number, versão, data de validade, indicador de direito de atualização, garantia e suporte e período de garantia.

4.28.4. Os produtos devem ser fornecidos incluindo todos os aplicativos e ferramentas da oferta padrão do FABRICANTE, não podendo a CONTRATADA excluir e/ou alterar qualquer item da oferta padrão.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.29. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, respeitando a vigência contratual.

4.29.1. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante todo o período contratual.

4.29.2. As licenças adquiridas devem contemplar o fornecimento de release e patches de manutenção desenvolvidos durante o período de licenciamento contratado.

4.29.3. A CONTRATADA deverá possibilitar a abertura de chamados de suporte sem restrições injustificadas, cabendo avaliação pela CONTRATANTE quanto às justificativas apresentadas no sentido contrário ao previsto nessa obrigação.

Requisitos de Experiência Profissional

4.30. Não se aplica, pois não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.31. Não se aplica, pois não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.32. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.33. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.34. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.

4.35. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.35.1. O fornecimento das licenças, será feito por meio de acesso ao site do fabricante, a área de acesso exclusivo da CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas, e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço emitida para fins de fornecimento.

4.35.2. Deverá ser fornecido o cartão de registro e/ou licença de uso, contendo todas as chaves, senhas, números de identificação, série e demais informações necessárias para a identificação, instalação, reinstalação e operação do produto.

4.35.3. A licitante vencedora deverá manter registro de todas as licenças fornecidas ao CONTRATANTE, devendo a qualquer tempo, ou quando solicitada formalmente, ser capaz de prover todos os dados, números de licenças, registros ou informações necessárias à instalação, pré-instalação, recuperação de instalação e interação com o fabricante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.36. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.36.1. A Contratada deverá garantir a segurança das informações do MS e se compromete a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido deste Ministério no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

4.36.2. As partes se comprometem a manter em caráter confidencial, formalizado por meio do "Termo de Compromisso de Manutenção e Sigilo", anexo deste Termo de Referência, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso.

4.36.3. Além do termo citado, a contratada deverá apresentar para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da presente contratação, o "Termo de Ciência", anexo deste Termo de Referência, em que seus profissionais declarem estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

4.36.4. Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas pelo MS, incluindo, mas não se limitando, ao definido na Política de Segurança da Informação e Comunicações e suas Normas complementares, durante a execução dos serviços nas instalações do Datasus.

4.36.5. Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos ao MS e a terceiros.

4.36.6. Toda informação confidencial disponível em razão desta contratação, seja ela armazenada em meios físico, magnético ou eletrônico, deverá ser devolvida nas seguintes hipóteses:

4.36.6.1. Término ou rompimento do Contrato; e

4.36.6.2. Solicitação do MS.

4.36.7. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação do serviço, sem prévia autorização;

4.36.8. A contratada não pode obter, capturar, copiar ou transferir qualquer tipo de informação de propriedade do Ministério da Saúde, sem autorização.

4.36.9. Garantir a segurança das informações do Ministério da Saúde e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido ou tido ciência no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.

4.36.10. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação do MS.

4.36.11. Os prestadores de serviços, enquanto nas dependências do MS, devem estar devidamente identificados por meio de crachá funcional ou equivalente.

Vistoria

4.37. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.38. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.38.1. Implementação de códigos que otimizem o consumo de recursos computacionais;

4.38.2. Aumento da eficiência energética; e

4.38.3. Redução do consumo de papel, recursos de impressão e outros insumos não renováveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.39. Não se aplica à presente contratação, pois não há marcas ou modelos a serem indicados considerando o objeto em tela.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.40. Não se aplica, pois este Ministério não identificou a necessidade de vedação do emprego de marcas ou produtos de bens empregados na execução dos serviços.

Da exigência de carta de solidariedade

4.41. Não se aplica, pois não será exigida a apresentação de carta de solidariedade.

Subcontratação

4.42. A presente contratação dita sobre subcontratação:

4.42.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.42.2. Acerca da subcontratação, o Tribunal de Contas da União, em sua obra “Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, diz que: “Subcontratação consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado.” (4. ed. Brasília: TCU, 2010).

4.42.3. Ainda, a admissão de subcontratação, ou não, constitui decisão administrativa de cunho técnico e/ou administrativo. Com efeito, a Administração contratante define todos os contornos da avença, inclusive o de admitir a subcontratação, conforme suas necessidades, as características do mercado e a disponibilidade deste em relação ao objeto do certame.

4.42.4. Nesse sentido, no Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010);

4.42.5. Ademais, grande parte da doutrina entende que a possibilidade de subcontratação total configura negação ao procedimento licitatório e fere o Princípio da Igualdade, bem como afronta o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, pois, caso fosse admitida, configuraria forma de se ludibriar a própria licitação em si, adjudicando-se o objeto contratual a não participante do certame.

4.42.6. Assim, tendo em vista que cabe à Administração o juízo de conveniência, oportunidade, análise da possibilidade técnica e da viabilidade em se admitir a subcontratação, devendo esta ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório; no caso da presente contratação não há como se delimitar qual parcela do objeto poderá ser subcontratada e, conforme entendimento do TCU as principais parcelas do objeto, assim entendidas aquelas caracterizadas como as “de maior relevância” e determinantes das exigências de qualificação técnica, não podem ser subcontratadas.

Da exigência de amostra

4.43. Não se aplica, pois, não foi identificada na primeira etapa do planejamento da contratação, a necessidade de exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, para o objeto deste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.44. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total da contratação.

4.45. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.45.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.45.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.45.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.45.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.45.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.46. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.47. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.48. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.49. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.49.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.50. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.50.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.50.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.50.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.51. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.52. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.53. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.54. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A30] .

4.55. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.55.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.55.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.56. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.56.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.56.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.57. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.58. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.59. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.60. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Instalação de escritório

4.61. Não se aplica, pois não será exigida instalação de escritório para a presente contratação.

Margem de Preferência

4.62. Nos termos da legislação vigente que rege as contratações públicas, a margem de preferência consiste em mecanismo destinado a incentivar o desenvolvimento nacional sustentável, mediante a concessão de vantagem competitiva a bens e serviços nacionais que atendam a requisitos específicos previamente definidos em norma.

4.63. No caso da presente contratação, cujo objeto é a aquisição de licenças de software especializado para arquitetura, engenharia e construção (BIM), não se aplica a margem de preferência, uma vez que o objeto possui natureza eminentemente tecnológica, altamente especializada e dependente de soluções consolidadas no mercado internacional. As licenças Autodesk correspondem a software proprietário desenvolvido por fabricante estrangeiro, amplamente utilizado como padrão de mercado no Brasil e no exterior, não havendo, no âmbito nacional, solução equivalente que atenda integralmente aos requisitos técnicos, funcionais e de interoperabilidade demandados.

4.64. Softwares não se enquadram, em regra, como bens manufaturados passíveis de aplicação de margem de preferência baseada em processo produtivo básico ou conteúdo nacional, especialmente quando se trata de licenciamento de direito de uso, e não de aquisição de bem físico. Ademais, inexistente regulamentação específica que estabeleça margem de preferência aplicável a esse tipo de contratação, nos termos dos decretos e normativos federais que disciplinam o tema.

4.65. A aplicação de margem de preferência neste certame poderia comprometer os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, ao criar distinções artificiais entre fornecedores de um produto cujo desenvolvimento, atualização, suporte e propriedade intelectual são centralizados em fabricante específico. Nesse contexto, a Administração deve priorizar a solução que melhor atenda aos requisitos técnicos e operacionais, assegurando continuidade dos serviços, interoperabilidade com projetos existentes e mitigação de riscos institucionais.

4.66. Não se aplica margem de preferência à presente contratação, devendo o julgamento das propostas observar exclusivamente os critérios de habilitação e de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com a legislação aplicável e com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Da Participação de Consórcios e Cooperativas

4.67. É vedada a participação em consórcio, uma vez que o objeto a ser licitado não é classificado como serviço de alta complexidade e que necessite de aglutinação de competências conexas, sendo comum a participação de empresas de pequeno, médio ou grande porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à capacidade técnica e econômico-financeira, condições que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

4.68. Já assente na doutrina e jurisprudência pátrias, que tal admissibilidade circunscreve-se no âmbito do poder discricionário da Administração Pública, não configurando uma obrigação legalmente estabelecida. Nesse sentido, merece destaque o posicionamento de Jessé Torres Pereira Junior, o qual, fazendo menção ao entendimento do Tribunal de Contas de União sobre a matéria, assim se manifesta:

“(…)

Averbe-se a orientação do Tribunal de Contas da União:

“Representação. Licitação. Parcelamento do Objeto. Ausência de viabilidade técnica e econômica.

Participação de consórcio. No parcelamento do objeto da licitação é imprescindível que se estabeleça a viabilidade técnica e econômica de divisibilidade do objeto. A aceitação de consórcios na licitação situa-se no âmbito do poder discricionário da Administração contratante (...)

A jurisprudência desta Corte de Contas tem assentado que o art. 33 da Lei nº 8.666/93 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresa organizadas em consórcio no certame, devendo o desígnio ser verificado caso a caso. Quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, via de regra, a Administração, com o intuito de aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

No entanto, essa hipótese não ocorre no contexto ora em análise, pois os serviços licitados não envolvem questões de alta complexidade técnica, mas apenas serão mais bem prestados se não parcelados. Ademais, participação de consórcios em torneios licitatórios não garante aumento de competitividade, consoante arestos do relatório e voto que impulsionaram o Acórdão nº 2.813/2004 - 1ª Câmara, que reproduz:

“O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque a formação de consórcios

tanto pode se prestar para fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto cerceá-la (associação de empresas que, em caso contrário, concorreriam entre si) (...) vemos que é praticamente comum a não- aceitação de consórcios (...)"

(Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública". 7ª edição. Ed. Renovar. 2007. Páginas 442 a 443.)

4.69. O Tribunal de Contas da União vem entendendo, sobre o assunto, que "a decisão pela vedação de participação de consórcio de empresas, em certame licitatório, é discricionária, porém deve ser devidamente justificada em processo administrativo " (TCU - Acórdão nº 3.654/2012 - 2ª - Câmara), o que está sendo realizado neste documento conforme todo exposto acima.

4.70. Embora os textos destacados do TCU façam referência à Lei nº 8.666/1993, o raciocínio é o mesmo para o Art. 15 da Lei nº 14.133 /2021, uma vez que a nova regra praticamente reproduz a regra anterior.

4.71. Ademais, registra-se que, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao objeto em comento.

4.72. Pela natureza do objeto a ser contratado, licenças de softwares pré-fabricados, sem serviços de desenvolvimento ou alocação de mão de obra, não será admitida a participação de cooperativas.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. providenciar as assinaturas pela Contratada no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência;

5.1.10. exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado, por servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio eventuais incidentes relevantes com data, dia e hora da ocorrência e outras informações que julgar pertinentes;

5.1.11. notificar a Contratada da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, de acordo com os níveis de serviço estabelecidos neste documento;

5.1.12. prestar as informações e esclarecimentos relacionados ao objeto desta contratação que venham ser solicitados pela Contratada;

5.1.13. observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência;

5.1.14. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item nº 6, Anexo XI, da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;
- 5.2.10. executar o objeto da presente contratação, em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);
- 5.2.11. observar e cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência;
- 5.2.12. executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 5.2.13. responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito nacional e local, garantindo o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação vigente, em especial as relacionadas à segurança da informação;
- 5.2.14. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato;
- 5.2.15. na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito, o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil;
- 5.2.16. apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível;
- 5.3.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.6. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.7. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.8. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e
- 5.3.9. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias úteis da assinatura do contrato;

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. Inicialização do contrato

6.1.2.1.1. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços contratados.

6.1.2.1.2. A reunião será realizada, preferencialmente, de forma remota e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

6.1.2.1.3. A pauta dessa reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual. Além disso, informações sobre o uso da solução e expectativas estabelecidas no TR e no contrato serão objeto de informe na citada reunião.

6.1.2.1.4. As licenças do software contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

6.1.2.2. Encaminhamento de demandas e controle de solicitações

6.1.2.2.1. O fornecimento de licenças deverá ser realizado mediante formalização emitida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em conformidade com as orientações contidas na Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/ME, e seguirá o seguinte fluxo.

6.1.2.2.2. Os Fiscais Requisitantes serão os responsáveis por iniciarem o fluxo da demanda, comunicando a necessidade à Área de TI da CONTRATANTE.

6.1.2.2.3. A área de TI da CONTRATANTE analisará a viabilidade de execução da demanda, se pertence ao escopo contratado e se está alinhada às prioridades definidas pelo Comitê de TI ou órgão equivalente.

6.1.2.2.4. Havendo viabilidade, o Gestor do contrato, com o apoio dos Fiscais Técnicos, encaminhará a Ordem de Serviço à CONTRATADA.

6.1.2.2.5. A demanda pelos volumes de licenças e serviços agregados será realizada de forma gradual, seguindo cronograma de implantação, conforme a ordem de Serviço, cabendo o pagamento apenas sobre os quantitativos demandados, fornecidos e efetivamente implantados. Dessa forma, evita-se desperdício de recursos públicos em função do pagamento de licenças não utilizadas pela CONTRATANTE.

6.1.2.3. Execução e acompanhamento da Ordem de Serviço

6.1.2.3.1. A demanda de fornecimento de serviços será encaminhada à CONTRATADA por meio de documentos oficiais de comunicação definidos neste Instrumento.

6.1.2.3.2. A CONTRATADA, para cada demanda recebida, deverá realizar as entregas dos produtos, de acordo com os respectivos prazos e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições especificadas neste instrumento.

6.1.2.3.3. Os prazos para fornecimento dos serviços deverão ser aqueles definidos neste instrumento. O atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos na demanda resultará na aplicação das penalidades previstas em contrato e /ou TR.

6.1.2.3.4. Caso necessário e a critério do gestor do contrato, esse prazo poderá ser motivadamente estendido para garantir a efetiva entrega dos produtos.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO			
Etapa	Descrição	Prazo Início	Prazo Fim
1	Início da Execução Contratual	Assinatura do contrato	10 (dez) dias úteis
2	Reunião de Alinhamento Inicial	Assinatura do contrato	5 (cinco) dias úteis
3	Emissão de Ordens de Serviço	Após Etapa 2	Sob demanda
4	Fornecimentos das Licenças	Após Etapa 3	10 (dez) dias corridos
5	Termo de Recebimento Provisório	Após Etapa 4	5 (cinco) dias corridos
6	Termo de Recebimento Definitivo	Após Etapa 5	10 (dez) dias úteis
7	Garantia e Suporte Técnico	Após Etapa 6	Encerramento do Contrato

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Os serviços de suporte técnico serão prestados de forma remota.

6.3. Os serviços de suporte técnico serão prestados no seguinte horário: das 08:00h às 18:00h.

Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

6.3.1.1. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços;

6.3.1.2. Todos os entendimentos e encaminhamentos estabelecidos em reuniões durante o contrato deverão constar da Ata de reunião a ser lavrada pelo Gestor do Contrato no MS e assinada por todos os participantes;

Materiais a serem disponibilizados

6.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a devida prestação dos serviços, promovendo a substituição quando necessário.

6.4.1. Fornecer documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador de direito de atualização, garantia e suporte e período de garantia.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. A demanda dos órgãos partícipes tem como base as seguintes características:

6.5.1. Todas as informações como níveis de serviços, prazos, detalhamento dos serviços, possíveis glosas ou sanções por descumprimento, exigências técnicas e demais especificações estão indicadas nesse TR e são suficientes para que a LICITANTE possa dimensionar adequadamente os preços de sua proposta de preços.

6.5.2. Ademais, a demanda dos órgãos partícipes tem como base, dentre outras especificadas neste documento, as seguintes características elencadas nos itens abaixo:

- a) Especificação da garantia do serviço, constante nos Requisitos de Garantia e Manutenção, deste Termo de Referência;
- b) Procedimentos constantes no item de Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato, deste documento;
- c) Quantidade mínima dos serviços para comparação e controle, constante no item de Quantidade mínima de serviços para comparação e controle, deste Termo de Referência;
- d) Mecanismos comunicação constantes no item de Mecanismos Formais de Comunicação, deste documento;
- e) Pagamento, constante no item de Forma de pagamento, deste Termo de Referência;
- f) Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança, Requisitos de Segurança e Privacidade e Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, constantes neste documento;
- g) Descrição dos serviços ofertados, com indicação de procedência, marca e modelo, quando pertinente, observadas as especificações constantes do Apêndice A - Especificações Técnicas da Solução de TIC;

h) Valor em moeda corrente nacional para pagamento em parcela única.

Formas de transferência de conhecimento

6.6. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.8. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Apêndice G - Modelo de Ordem de Serviço.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;
- VI) Sistema SEI.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.10. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Apêndices C e D, anexos deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado deverá manter preposto da empresa disponível para contato durante o horário comercial.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.21.1. Verificação de aderência aos termos contratuais;

7.21.2. Apoiar o Gestor do Contrato quanto às questões administrativas contratuais;

- 7.21.3. Apoiar o Fiscal Requisitante do Contrato na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- 7.21.4. Apoiar ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

- 7.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 7.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 7.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 7.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 7.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os Níveis Mínimos de Serviço (NMS), conforme o disposto neste item.

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço (OS).
Meta a cumprir	IAE <=0 (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.)
Instrumento de medição	OS e/ou Termo de Recebimento Provisório (TRP)
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.
Periodicidade	Para cada OS encerrada
Mecanismo de	IAE = TEX - TEST Onde: IAE - Indicador de Atraso na Entrega; TEX - Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos serviços da OS. A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da

Cálculo (%)	OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entregar os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico; TEST - Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.
Sanções/faixas de ajuste	IAE <= 0: Pagamento integral da OS; IAE >= 1 e < 30: Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso; IAE >= 30: Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor da OS ou fração em atraso acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS ou fração em atraso limitado em 30% sobre o valor da OS, bem como multa de 2% sobre o valor do contrato.

INDICADOR DE CHAMADOS ATENDIDOS DENTRO DO PRAZO (ICP)	
Finalidade	Assegurar que os chamados de suporte técnico estejam dentro do prazo, do início ao fim do atendimento.
Meta a cumprir	ICP >= 95% (assegurar que os chamados sejam atendidos dentro do prazo, do início ao fim do atendimento).
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	Cálculo do prazo de cada solicitação de suporte técnico em relação ao nível de serviço.
Periodicidade	Mensalmente
Mecanismo de Cálculo (%)	ICP = (QAP / QTA) x 100 Onde: ICP - Indicador de Chamados atendidos dentro do Prazo; QAP - Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo; QTA - Quantidade total de chamados atendidos.
Sanções/faixas de ajuste	ICP >= 95%: Pagamento integral da OS; ICP >= 85% e < 95%: Glosa de 1,5% sobre o valor da OS; ICP >= 78% e < 85%: Glosa de 3% sobre o valor da OS; ICP >= 72% e < 78%: Glosa de 5% sobre o valor da OS; ICP < 72%: Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do contrato, sem prejuízo da aplicação da glosa anterior.

INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO (IDS)	
Finalidade	Assegurar a disponibilidade do serviço durante o período especificado.
Meta a cumprir	IDS >= 98% (percentual de tempo que se espera que serviço esteja em funcionamento).
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	Relatório mensal consolidado de disponibilidade do serviço durante o período.
Periodicidade	Mensalmente
Mecanismo de Cálculo (%)	IDS = Média (FRP / HTP) x 100 Onde: IDS - Indicador de Disponibilidade de Serviço; FRP - Horas totais de funcionamento do serviço no período, descontadas as horas de manutenção preventiva e as horas indisponíveis justificadas; HTP - Horas Totais do Período, descontadas as horas de manutenção preventiva e as horas indisponíveis justificadas.
Sanções/faixas de ajuste	Glosa de 1% sobre o valor da OS para cada 0,1% abaixo da meta, limitado a 30% sobre o valor da OS. Para valor do IDS abaixo de 95%, aplicar-se-á multa de 5% do valor do contrato.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. A aferição do Indicador de Atraso na Entrega (IAE) e do Indicador de Suporte Atendido Dentro do Prazo (SAP), calculando a aplicando as glosas e descontos previstos no subitem 8.1, caso necessário.

8.4.2. A manutenção de todas as condições de habilitação da Contratada.

8.4.3. O fiel cumprimento de todas as obrigações descritas neste Termo de Referência, inclusive as de confidencialidade e sigilo.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período indicado na Ordem de Serviço.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. verificação dos produtos, dos códigos de licenças e respectivas validades dos seriais e licenciamentos disponibilizados; e

8.22.2. a verificação do acesso aos produtos de softwares solicitados.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. Não se aplica, pois não haverá adoção de pagamento antecipado.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/04/2026.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	OCORRÊNCIA	GLOSA/SANÇÃO
1	Der causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que se não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021). Em caso de reincidência, multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 3% do valor da contratação.
3	Der causa à inexecução total do contrato.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 3% do valor da contratação.
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	Em caso que se justifique a imposição de penalidade mais grave, a contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 2% do valor da contratação.
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória de 3% do valor da contratação.
6	Praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa de 5% do valor da contratação.
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa de 5% do valor da contratação.
8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos e multa compensatória

	12.846, de 1º de agosto de 2023.	de 5% do valor da contratação.
9	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega)	Glosa de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 1 a 30 dias. Glosa de 10% sobre o valor da OS acrescido de 0,5% por dia de atraso sobre o valor da OS para valores do indicador IAE maior que 30 dias. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, para valores do indicador IAE maiores que 30 dias, sem prejuízo à glosa acima sobre o valor da OS apurada em relação ao atraso.
10	Não atender ao indicador de nível de serviço ICP (Indicador de chamados atendidos dentro do prazo)	Será aplicada a glosa de 1,5% sobre o valor da OS para valores do ICP entre 85% e 95%. Será aplicada a glosa de 3% sobre o valor da OS para valores do ICP entre 78% e 85%. Será aplicada a glosa de 5% sobre o valor da OS para valores do ICP entre 72% e 78%. Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do contrato para valores do ICP menores que 72%
11	Não atender ao indicador de nível de serviço IDS (Indicador de disponibilidade de serviço)	Glosa de 1% sobre o valor da OS para cada 0,1% abaixo da meta. Para valores de IDS abaixo de 95%, aplicar-se-á multa de 5% do valor do contrato.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de até 1% (um por cento) do valor total do contrato por descumprimento.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso injustificado, quando acima de 30 dias de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite prorrogado de mais 30 dias de atraso. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da glosa e da multa;

9.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento do valor da contratação).

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- 10.12. Ato de autorização não se aplica ao caso, visto que não há uma autorização específica para os serviços em tela.
- 10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante

	Passivo Circulante

10.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de até 9% do valor total estimado da contratação.

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico

10.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.31.1.1. A LICITANTE deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT) em seu nome e emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviço de fornecimento de licenças de softwares de design gráfico, com o fornecimento de, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) licenças, o que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto.

10.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.34. Apresentar declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022 e disposto no Apêndice L - Declaração de não ocorrência de registro de oportunidade.

10.35. A apresentação dos Atestado(s) ou Declarações de Capacidade Técnica deverá ser realizada em conformidade com o Apêndice M - Planilha para Qualificação Técnica - Apresentação de Atestados.

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.41. Não será admitida a participação de cooperativas, conforme justificativa apresentada no item 4.72 desde Termo de Referência

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 3.966.200,70 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil e duzentos reais e setenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Licença	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	27502	Unidade	ADSK001	Subscrição por 36 meses	1	66	110	36.056,37	3.966.200,70
VALOR TOTAL (R\$)										3.966.200,70

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Por se tratar de licitação para registro de preços não é necessário a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 17º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - EXECUÇÃO INTEGRAL				
Etapa	Descrição	Prazo Início	Prazo Fim	Percentual a Pagar
1	Início da Execução Contratual	Assinatura do contrato	10 (dez) dias úteis	0% (ZERO)
2	Reunião de Alinhamento Inicial	Assinatura do contrato	5 (cinco) dias úteis	0% (ZERO)
3	Emissão Ordens de Serviço	Após Etapa 2	Sob demanda	0% (ZERO)
4	Fornecimentos das Licenças	Após Etapa 3	10 (dez) dias corridos	0% (ZERO)
5	Termo de Recebimento Provisório	Após Etapa 4	5 (cinco) dias corridos	0% (ZERO)
6	Termo de Recebimento Definitivo	Após Etapa 5	10 (dez) dias úteis	0% (ZERO)
7	Emissão da Nota Fiscal	Após Etapa 6	Até 5 (cinco) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).	0% (ZERO)
8	Liquidação da Despesa	Após Etapa 7	Até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal.	0% (ZERO)
9	Pagamento	Após Etapa 8	Até 10 (dez) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.	100% (Cem %) do valor do TRD
10	Garantia e Suporte Técnico	Após Etapa 9	Encerramento do Contrato	0% (ZERO)

Acesso a Informação

13.2. O Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital, determina que:

Art. 10. Ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13.3. Dessa forma, no que diz respeito ao acesso à informação constante neste documento, quando da divulgação deste, ou seja, se tratando da fase externa da licitação, este Termo de Referência se enquadra como um documento público, não havendo restrições quanto à sua publicidade.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Requisitante.

RAMON MORENO DE MATOS VIEIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 10:24:40.

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Técnico.

MARCELO DIAS DE SA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 11:23:38.

Despacho: Afirmo estar ciente da minha responsabilidade como membro da equipe responsável pelo planejamento da contratação, como Integrante Administrativo.

THIAGO FALEIRO PARENTE

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:50:58.

Despacho: Aprovo a presente demanda como autoridade máxima da Área de TIC e aprovo como autoridade competente.

ROBSON WILLIAN DE MELO MATOS

Autoridade Máxima da Área de TIC e Autoridade Competente substituto



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 10:06:24.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice A - Especificacoes Tecnicas da Solucao de TIC.pdf (300.4 KB)
- Anexo II - Apendice B - Localidades e Enderecos para Entrega.pdf (209.21 KB)
- Anexo III - Apendice C - Termo de Compromisso de Manutencao de Sigilo.pdf (310.18 KB)
- Anexo IV - Apendice D - Termo de Ciencia.pdf (231.38 KB)
- Anexo V - Apendice E - Termo de Recebimento Provisorio.pdf (248.16 KB)
- Anexo VI - Apendice F - Termo de Recebimento Definitivo.pdf (279.99 KB)
- Anexo VII - Apendice G - Modelo de Ordem de Servico.pdf (268.88 KB)
- Anexo VIII - Apendice H - Termo de Encerramento do Contrato.pdf (264.73 KB)
- Anexo IX - Apendice I - Modelo de Proposta de Precos e Planilha de Custo e Formacao de Precos.pdf (275.55 KB)
- Anexo X - Apendice J - Estudo Tecnico Preliminar - ETP Digital n 145-2025.pdf (263.36 KB)
- Anexo XI - Apendice K - Lista de Verificacao para Conferencia dos Criterios Minimos de Aceitacao.pdf (223.25 KB)
- Anexo XII - Apendice L - Declaracao de Nao Ocorrencia de Registro de Oportunidade.pdf (219.78 KB)
- Anexo XIII - Apendice M - Planilha para Qualificacao Tecnica - Apresentacao de Atestados.pdf (263.55 KB)



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE "A" - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TIC

A Tabela abaixo apresenta a expectativa de quantidade para a execução contratual. Os itens da Tabela poderão sofrer alteração de quantitativos, no decorrer da execução, em função das mudanças de estratégia, priorização das tarefas, inclusão e exclusão de demandas, desde que não superem a estimativa total contratada, o que somente poderá ocorrer mediante Termo Aditivo e dentro dos percentuais legais previstos em lei.

A composição do objeto será da seguinte forma:

Item	Descrição	Licença	Quantidade	Unidade de Medida	Código CATSER
1	AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection	Subscrição por 36 meses	110	Unidade	27502

1. ITEM 1 - AUTODESK AEC - Architecture, Engineering and Construction Collection.

- 1.1. Licença subscrição usuário nomeado - instalação em até 3 dispositivos, sendo permitido o uso em um único dispositivo por vez;
- 1.2. As licenças de software devem ser fornecidas em sua versão mais recente.
- 1.3. Serviço de Suporte Técnico e Garantia de Atualização durante o período da assinatura contratada.
- 1.4. A AEC Collection é um conjunto de ferramentas de BIM e CAD compatíveis com um ambiente comum de dados com base na nuvem, que facilita a entrega de empreendimentos desde o início do projeto até a sua construção e operação.
- 1.5. Permite fluxos de trabalho integrados para gerenciamento de documentos, elaboração e controle de qualidade de projetos, modelagem, coordenação e documentação.
- 1.6. Os produtos incluídos na coleção AEC:
 - a) AutoCAD (Win+Mac) software de CAD (projeto auxiliado por computador) usado para desenhos 2D e 3D precisos, projetos e modelagem com sólidos, superfícies, objetos de malha e recursos de documentação. Principais recursos: AutoCAD web, AutoCAD mobile app, AutoCAD Map 3D, AutoCAD Architecture, AutoCAD MEP, AutoCAD Electrical, AutoCAD Mechanical, AutoCAD Plant 3D, AutoCAD Raster Design. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutoCAD-2024-including-Specialized-Toolsets.html>
 - b) Revit - Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM e documentação de edificações e equipamentos. Oferece recursos de BIM para o projeto de arquitetura, de engenharia estrutural e engenharia e fabricação de sistemas de mecânica, elétrica e hidráulica. Importa, exporta e vincula dados a formatos, incluindo o IFC, 3DM, SKP, OBJ, DWG e o DGN. Inclui ferramentas para: visualização de projeto em 3D; detalhamento da armadura; vínculos com detalhamento do aço; otimização de projeto e colaboração entre equipes, disciplinas e fusos horários em ambientes de servidor e baseados em nuvem. O compartilhamento de trabalho permite que múltiplos membros da equipe trabalhem no mesmo modelo de projeto simultaneamente. Inclui ferramentas para projeto generativo. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Revit-2024-products.html>
 - c) Civil 3D - Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em BIM e documentação de infraestrutura e urbanismo. Software para documentação e projetos de engenharia civil, fluxos de trabalho mais eficientes para modelagem de superfície, modelagem de corredores, projeto de terreno, águas



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

- pluviais e esgoto sanitário, e produção e documentação de plantas. Inclui ferramentas para projeto generativo. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-AutoCAD-Civil-3D.html>
- d) InfraWorks - Estudos conceituais e simulações em BIM de viabilidade, planejamento urbano e infraestrutura. Agrega grandes quantidades de dados para gerar um modelo de contexto rico. Integra perfeitamente os dados GIS. Explore visualmente as opções de projeto conceitual para projetos de infraestrutura rodoviária, local, ferroviário e de trânsito, ponte e água. Ferramentas de simulação de mobilidade para avaliar pessoal, trânsito, estacionamento e modelagem de outros fluxos de movimento. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/infraworks/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-InfraWorks.html>
- e) Navisworks Manage - Análise, coordenação e quantificação de projetos em BIM e acompanhamento de cronogramas de obra. Identifica e resolve conflitos e interferências multidisciplinares antes do início da construção. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/navisworks-products/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-Navisworks-products.html>
- f) ReCap Pro - Captura de realidade e digitalização 3D das condições existentes de sítios e ativos para criação de modelos. Crie representações digitais (nuvem de pontos) das condições existentes a partir do escaneamento de terrenos, estruturas e outros elementos físicos, utilizando drones, câmeras ou scanners a laser. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/recap/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/Systemrequirements-for-Autodesk-ReCap-Pro-and-ReCap-Photo.html>
- g) FormIt Pro - Criação e concepção de projetos e intervenções suportados por múltiplas fontes de dados. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/formit-pro/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-FormIt.html>
- h) Advance Steel - Desenvolvimento de projetos em BIM e documentação de estruturas metálicas. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-Advance-Steel-2023.html>
- i) Robot Structural Analysis Professional - Cálculo estrutural e verificação de conformidade de código integrado a modelos BIM. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/robot-structural-analysis-professional/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-Robot-Structural-Analysis-Professional-2022.html>
- j) Structural Bridge Design - Análise estrutural de pontes. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/structural-bridge-design/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-Structural-Bridge-Design-2018.html>
- k) Vehicle Tracking - Análise de trajetória e movimentação de veículos. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/vehicle-tracking/learnexplore/caas/CloudHelp/cloudhelp/2022/PTB/Autodesk-VehicleTracking-SysReq/files/GUID-93FF210BFE08-4DC3-B4DB-0B9BA7724E23-htm.html>



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

- l) Fabrication CADmep - Criação de modelos MEP, geração de estimativas e planos para fabricação. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/System-requirements-for-Autodesk-Fabrication-2022-products.html>
- m) 3ds Max - Modelagem 3D, animação e renderização para visualização de projetos. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-3ds-Maxproducts.html>
- n) Insight - Simulação e análise de desempenho de empreendimentos em BIM. Requisitos de Sistemas: <https://knowledge.autodesk.com/pt-br/support/insight/learnexplore/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-requirements-for-Autodesk-Insight-2018.html>
- o) Autodesk Rendering - Renderização rápida em nuvem e em alta resolução para visualização de projetos
- p) Autodesk Drive – armazenamento em nuvem próprio para CAD – usuários e pequenas equipes.
- q) Autodesk Docs - Gerenciamento de documentos baseado na nuvem e ambiente comum de dados com armazenamento ilimitado. Requisitos de Sistemas: https://help.autodesk.com/view/DOCS/ENU/?guid=System_Requirements_ACC
- r) Autodesk Forma - recursos de design conceitual, análises preditivas e automações para criar bases sólidas e sustentáveis para os projetos. Eficiência com configuração de projeto intuitiva, automações de projeto e integração bidirecional com o Revit. Requisitos de Sistemas: <https://www.autodesk.com.br/support/technical/article/caas/sfdcarticles/sfdcarticles/PTB/System-Requirements-for-Autodesk-Forma.html>
- Autodesk Account para gerenciamento de conta, perfil, produtos, usuários e pagamentos.
 - Segurança: Verificação em 2 etapas
 - Importação e atribuição em massa: Carregue um arquivo .csv para adicionar um grande número de usuários de uma só vez.
 - Grupos: Organize os usuários em grupos para atribuir rapidamente os mesmos produtos a muitos usuários.
 - Crie e gerencie automaticamente grupos de usuários e suas atribuições de produtos na sua conta da Autodesk Account sem sincronizar com um diretório de usuário.
 - Relatórios: Relatório de uso do produto
 - Suporte em Tempo Real 8x5 - contato com um especialista da Autodesk para obter ajuda com questões técnicas durante o horário comercial local.
 - Suporte de caso na Web - Envie um caso e receba ajuda de um especialista no prazo de um dia útil.
 - Autodesk Drive: Armazenamento, visualização e compartilhamento dados de projeto com segurança.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE B - LOCALIDADES E ENDEREÇOS PARA ENTREGA

UF	Núcleo	Endereço
DF	MINISTÉRIO DA SAÚDE - DATASUS/DF	Esplanada dos Ministérios - Bloco G, Edifício Anexo “A”, Térreo, MINISTÉRIO DA SAÚDE - Brasília-DF, CEP 70.058-900.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE C - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº **00.394.544/0036-05**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade do **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 - OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela **CONTRATANTE** e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do **CONTRATANTE** e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à **CONTRATANTE** dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à **CONTRATANTE**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 - VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a **CONTRATADA** teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 - PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A **CONTRATANTE** terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela **CONTRATANTE**, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a **CONTRATADA**, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 - FORO

A **CONTRATANTE** elege o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, onde está localizada a sede do **CONTRATANTE**, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 - ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>

TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE D - TERMO DE CIÊNCIA

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes do Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
...

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE E – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO
Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021,, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

presente data e serão objetos de avaliação por parte do **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE F – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea “h”, inciso I, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela **CONTRATADA** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

5 – ASSINATURA	
FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE
<div><Nome do Fiscal Técnico></div> <div>Matrícula: xxxxxxxx</div> <div><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</div>	<div><Nome do Fiscal Requisitante></div> <div>Matrícula: xxxxxxxx</div> <div><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</div>

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 33, da Instrução Normativa SGD nº 94/2022, que os serviços e/ou bens integrantes da OS acima identificados, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO	
CONTRATANTE Gestor do Contrato	CONTRATANTE Área Requisitante da Solução
<div><Nome></div> <div>Mat.:</div>	<div><Nome></div> <div>Mat.:</div>



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE G – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇOS (OS)

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
Contrato nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXX

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1					
...					
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES
<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB> <Ex.: Contactar a área solicitante para agendamento do horário de entrega> <Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS			
Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

6 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

<Responsável pela demanda/ Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxx de xxxx



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE H – TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

O Termo de Encerramento do Contrato encerrará formalmente o pacto contratual entre a Contratante e a Contratada.

Referência: Art. 35 Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	<xxxxx/aaaa>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	<XX.XXX.XXX/XXXXX-XX>
DATA DE INÍCIO	<dd/mm/aaaa>		
OBJETO	<Descrição do Objeto>		

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO

Item	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			
...			

< É importante considerar o período de garantia, que pode se estender para além da vigência do contrato. Nestes casos, deve-se verificar quais recursos devem ser mantidos à empresa para que ela preste o serviço de garantia>.

3 – DO ENCERRAMENTO



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O contrato encerra-se por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

1. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
2. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
3. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.
4. <inserir pendências, se houver>.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento para que surta seus efeitos jurídicos.

4 – ASSINATURAS

<div>_____</div> <div>CONTRATADA Preposto</div>	<div>_____</div> <div>CONTRATANTE <Autoridade Competente da Área Administrativa></div>
<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxxx</div>	<div>_____</div> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxxx</div>

_____ <Local>, <dd> de <mês> de <ano>.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE

Componentes de Custo	Item 1
Descrição	Valor Unitário (%)
Custo de pessoal	
Custo com software	
Custos com recursos de computação	
Custos com suporte técnico	
Custos com atualização e correção	
Custos com hardware	
Custos com serviços de informações	
Outros custos (especificar)	
Subtotal componentes de custo	

Componentes de Preço	Item 1
Descrição	Valor Unitário (%)
Elementos Comerciais (Fatores/Ajustes Comerciais)	
Cobertura Tributária	
Outros componentes (especificar)	
Subtotal componentes de preço	
Total Unitário	
Quantidade Total Estimada	
Valor Total do [item/grupo]:[Valor unitário x quantidade estimada para contratação]	

Componentes de custos que integram a planilha:

a) Custo de Pessoal: consolida todos os custos incorridos com a utilização de serviços de profissionais necessários à intermediação, operação e utilização dos recursos tecnológicos. Deverá ser computado o somatório de todos os custos acrescidos dos encargos aprovacionados (tais como remuneração, encargos sociais, auxílios e benefícios dos recursos humanos diretamente envolvidos);

b) Custos com software: equivale ao somatório de todos os custos de disponibilização e utilização de recursos de software que integrarão a prestação dos serviços (tais como licenciamento, subscrição);



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

c) Custos com recursos de computação: equivale ao somatório de todos os custos de disponibilização e utilização de recursos lógicos e virtuais de computação que integrarão a prestação dos serviços (tais como infraestrutura como serviço, plataforma como serviço, instâncias de computação, plataformas, armazenamento, rede, backup, segurança, middlewares, centrais de processamento de dados, entre outros recursos de computação);

d) Custos com suporte técnico: equivale ao somatório de todos os custos de suporte técnico que integrarão a prestação dos serviços (tais como atendimento e suporte técnico dos produtos de software ou recursos computacionais);

e) Custos com atualização e correção: equivale ao somatório de todos os custos de atualização e correção dos recursos tecnológicos que integrarão a prestação dos serviços (tais como atualizações de versão dos produtos e correção de erros – bug fix);

f) Custos com hardware: equivale ao somatório de todos os custos de disponibilização e utilização de hardware localmente e diretamente na prestação dos serviços (tais como appliances, controladoras, servidores de computação, recursos tecnológicos físicos);

g) Custos com serviços de informações: equivale ao somatório de todos os custos de fornecimento de informações técnicas especializadas às equipes que prestam os serviços (tais como plataformas digitais de fornecimento de conteúdo técnico especializado, serviços de mentoring e consultoria, plataformas de suporte especializado, entre outras soluções de fornecimento de informações técnicas especializadas);

h) Elementos Comerciais (Fatores/Ajustes Comerciais): fator de preço que pode ser aplicado, tendo como base estratégias de negócio, elementos mercadológicos e estratégias de precificação da empresa (tais como margem operacional, margem de risco, margem de lucro, markup, custo de revenda dentre outros fatores interno e externos considerados na precificação);

i) Cobertura Tributária: fator de preço que inclui os custos tributários associados à prestação dos serviços que variam de acordo com o planejamento tributário de cada empresa.

Solicitamos que sejam seguidas as recomendações constantes nos itens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 1.432/2024-TCU-Plenário, a saber:

9.1.1. fazer constar dos editais de licitação exigência de que os licitantes informem em suas propostas a marca e o fabricante dos produtos ofertados, inclusive mediante o preenchimento no sistema eletrônico pertinente;

9.1.2. requerer dos fornecedores informações detalhadas dos componentes das soluções de TIC que se pretende contratar, a exemplo da tabela a seguir:

Part-Number	Descrição original da Fabricante	Descrição do Fornecedor	Quantidade	Valor Unitário (R\$)



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

--	--	--	--	--

Para mais, informamos que os serviços/licenças ofertados deverão atender integralmente aos requisitos da especificação técnica, necessitando assim serem comprovados através de Planilha de Comprovação Técnica ponto a ponto.

OBS.: É facultado à empresa, se for o caso, incluir na Proposta Comercial, de forma detalhada e observada a sua forma de tributação, outros custos advindos sobre o item da contratação (ex.: insumos, tributos, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros) que incidam direta ou indiretamente no valor final do objeto.

Comprovação de Atendimento dos Requisitos

1. Apresentar comprovação de atendimento da especificação técnica, bem como deve ainda apresentar documentação técnica (manuais e catálogos oficiais do fabricante) comprovando o pleno atendimento a todos os requisitos técnicos. A comprovação deve ser realizada através de planilha item a item, indicando a(s) página(s) onde encontrar as suas características;
2. Entende-se como documentos manuais dos fabricantes, datasheets, folders, e, excepcionalmente, declarações, fotos e atestados; e
3. Deve ainda apresentar a composição detalhada de toda a solução, incluindo Códigos, descrições, quantidade de todos os elementos que compõem a solução, tudo de forma a permitir a conformidade da oferta com os requisitos do Edital.

Dados da Proposta:

Valor Total: R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

Dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ (MF) nº _____

Inscrição Estadual nº: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Fax: _____ e-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o contrato:

Nome: _____

Cargo: _____



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

CPF: _____ RG: _____ - _____

Dados Bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Dados para Contato:

Nome: _____

Telefone/Ramal: _____

Declaramos, para todos os fins e efeitos legais, aceitar, irrestritamente, todas as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos relacionados à contratação em questão.

Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com serviço ou dirigente do Ministério da Saúde.

Local e data

Representante Legal
(com carimbo da empresa)
Cargo
CPF



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE J – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Registra-se que, em atendimento ao art. 34, inciso I, alínea "a" da IN 94/2022, o Estudo Técnico Preliminar da Contratação será publicado, pela área de Licitação desta pasta, até a data de publicação do edital da licitação.

(...)

Art. 34. O órgão ou entidade deverá providenciar a publicação de, pelo menos, os seguintes documentos em sítio eletrônico de fácil acesso, observando a legislação específica relativa à proteção de informações:

I - Estudo Técnico Preliminar da Contratação e Termo de Referência:

a) até a data de publicação do edital da licitação; ou

(...)

Informa-se que o Estudo Técnico Preliminar - ETP Digital nº 145/2025, encontra-se devidamente acostado aos autos.



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE K - LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS DE ACEITAÇÃO

Id	Critério de aceitação	Atendido / não atendido	Evidências (documento de referência, registro técnico, resultado de simulação / teste etc.)
1	O software disponibilizado corresponde ao produto previsto no Termo de Referência?		
2	A forma de licenciamento disponibilizada corresponde ao licenciamento previsto no Termo de Referência?		
3	O quantitativo de licenças demandado foi efetivamente disponibilizado ou prestado?		
4	As informações referentes ao uso do software foram fornecidas por meio de consoles ou portais disponibilizados pelo próprio fabricante?		
5	O prazo de suporte e/ou garantia do software contratado é o mesmo estabelecido no contrato?		
6	Os registros de licença do software ou chaves de instalação e documentação técnica original do fabricante foram fornecidos?		
7	O acesso a portal do fabricante, que permite a administração das licenças de software foi disponibilizado?		



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE L - DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE

Ao Ministério da Saúde, Ref. Edital nº. xx/2026

Objeto: Contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) registrada no Plano de Contratações Anual (PCA), qual seja, contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte.

Prezados Senhores,

O (LICITANTE), (qualificação), por meio de seu representante legal, DECLARA, que para a apresentação de proposta ao referido Edital, NÃO houve ocorrência de “Registro de Oportunidade”, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

Local:

Data:

Representante Legal: (ASSINATURA)

CPF:



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

APÊNDICE M - PLANILHA PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/____.

Objeto:

Em conformidade ao disposto na Cláusula Décima do Termo de Referência nº 01/2026, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

10.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1. A LICITANTE deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT) em seu nome e emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviço de fornecimento de licenças de softwares de design gráfico, com o fornecimento de, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) licenças, o que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto.

10.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.35. Apresentar declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022 e disposto no Apêndice L - Declaração de não ocorrência de registro de oportunidade.

10.36. A apresentação dos Atestado(s) ou Declarações de Capacidade Técnica deverá ser realizada em conformidade com o Apêndice M - Planilha para Qualificação Técnica - Apresentação de Atestados.

Atestado de Capacidade Técnica (ACT)				
	Atestado 1	Atestado 2	Atestado 3	Atestado N...
Emissor do ACT				
Objeto/Serviços				
Número do Contrato/Empenho				
Período de Prestação de Serviço				
Quantitativo fornecido				
Data de emissão do atestado				



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Nome do Responsável que emitiu e assinou o Atestado				
Contato				

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

<Nome>
<Qualificação>

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Ata de Registro de Preços 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	28/05/2026 11:04 (v 0.2)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	207/2026	25000.188859/2025-29

Processo Administrativo nº 25000.188859/2025-29

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Ministério da Saúde *que gerenciará a ata de registro de preços*, com sede no(a) *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/ *[UF]*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *[CNPJ]*, neste ato representado(a) pelo(a) *[cargo e nome]*, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, publicada no DOU de *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*, portador da Matrícula Funcional nº *[nº matrícula]*, considerando o julgamento da *[licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] OU [procedimento de contratação direta]*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *[objeto]*, especificado(s) no (s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação n.º xx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Saúde.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *[edital]* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

--	--

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SINVAL ALAN FERREIRA SILVA
Subsecretário de Assuntos Administrativos

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Contrato 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	250110-SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	RODRIGO LOPES RIBEIRO TORRES	28/05/2026 10:51 (v 0.2)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	207/2026	25000.188859/2025-29

.

(Processo Administrativo nº 25000.188859/2025-29)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A) E
.....

A União, por intermédio do Ministério da Saúde, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.544/0001-85, neste ato representado pelo(a) Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos, [NOME COMPLETO], nomeado(a) pela Portaria nº [XXX], de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador(a) da Matrícula Funcional nº [xxxxxx], doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ DA EMPRESA], sediada na [endereço completo], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE], [cargo], conforme [contrato social/procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25000.188859/2025-29 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de licenças de softwares de Design Gráfico, para o período de 36 (trinta e seis) meses, com direito de atualização e suporte, por meio do Registro de Preços, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 **(trinta e seis) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xx (xx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. . indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4.. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22.. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9,25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.10.3. Das indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.12. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.12.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.12.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.13. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SINVAL ALAN FERREIRA SILVA
Subsecretário de Assuntos Administrativos